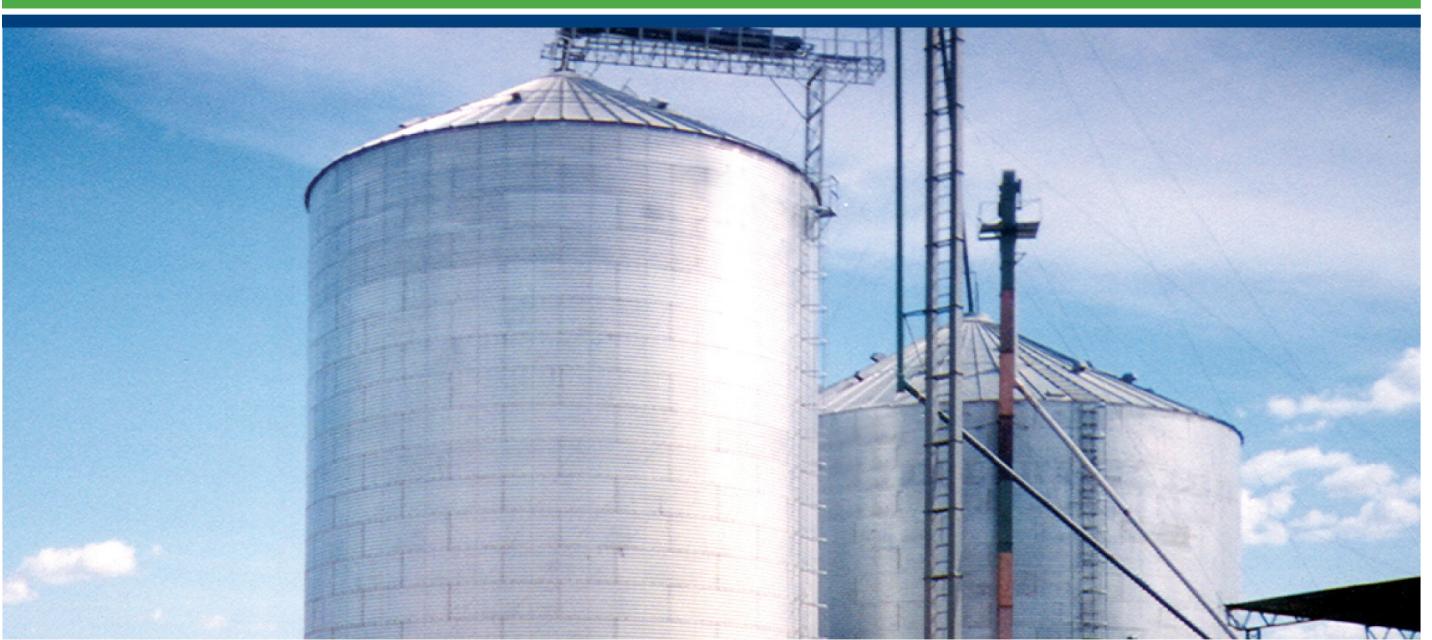




Relatório de Gestão do Exercício de 2011

**Superintendência Regional de Rondônia
SUREG/RO**



Porto Velho/RO, 2012



Conab Companhia Nacional de Abastecimento

**Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Superintendência Regional de Rondônia - SUREG/RO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2011 e da Portaria-TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 2.546/2010.

Porto Velho - RO, 2012

Sumário

I – LISTA DE QUADROS.....	6
II – LISTA DE FIGURAS.....	10
III - LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	11
IV - APRESENTAÇÃO.....	15
1 – Informações Básicas.....	16
1.1 – Informações gerais sobre a UJ.....	16
1.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	16
1.1.2 – Organograma.....	18
1.1.2.1 – Atribuições institucionais das Unidades Orgânicas da UJ.....	18
1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos.....	20
1.2.1 – Planejamento Estratégico.....	20
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos	22
1.2.2.1 - Macroprocesso de Sustentação da Renda.....	22
1.2.2.2 - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	23
1.2.2.3 - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento.....	24
1.2.2.4 - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros.....	25
1.2.2.5 - Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	25
1.2.2.6 - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	26
1.2.2.7 - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos.....	27
2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão.....	28
2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	28
2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	29
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	30
3.1. Instrumentos para Sustentação de Renda.....	30
3.2 – Intervenções Governamentais.....	31
3.2.1 – Formação de Estoques Públicos.....	31
3..2.1.1 - Intervenções Realizadas em 2011.....	31
3.2.1.2 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	33
3.2.1.3 – Aquisições do Governo Federal - AGF.....	36
3.2.2 - Subvenções do Governo Federal.....	37
3.2.2.1 - Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas.....	37
3.3 – Principais indicadores de desempenho.....	37
4 – Promoção do Abastecimento.....	40

<u>4.1 - Atuação da Companhia.....</u>	<u>40</u>
<u>4.2 - Ações desenvolvidas.....</u>	<u>42</u>
<u>4.2.1 - Alienação dos Estoques da PGPM.....</u>	<u>42</u>
<u>4.2.2 - Doação de Produtos Alimentícios.....</u>	<u>44</u>
<u>5 – Prestação de Serviços (Refere-se ao item 6 da DN TCU 108).....</u>	<u>48</u>
<u>5.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros.....</u>	<u>48</u>
<u>5.2 – Leilões Públicos de Produtos de Terceiros.....</u>	<u>49</u>
<u>5.3 – Serviços de Classificação de Produtos para Terceiros.....</u>	<u>50</u>
<u>5.4 – Principais Indicadores de Desempenho.....</u>	<u>50</u>
<u>6 - Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação (Refere-se ao item 7 da DN TCU 108).....</u>	<u>50</u>
<u>6.1 – Rede Armazenadora.....</u>	<u>50</u>
<u>6.1.1 – Rede Armazenadora Própria.....</u>	<u>50</u>
<u>6.1.1.1 – Posição dos Estoques Público - Armazéns Próprios.....</u>	<u>51</u>
<u>6.1.1.2 – Serviços de Manutenção.....</u>	<u>51</u>
<u>6.1.2 – Rede Armazenadora Contratada.....</u>	<u>52</u>
<u>6.1.2.1 – Posição dos Estoques Público - Armazéns Terceiros.....</u>	<u>53</u>
<u>6.1.3 – Oferta Regional de Armazenagem.....</u>	<u>53</u>
<u>6.1.4 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador.....</u>	<u>54</u>
<u>6.2 – Atividade de Fiscalização.....</u>	<u>54</u>
<u>6.2.1 – Quadro de Fiscais da Regional.....</u>	<u>55</u>
<u>6.2.2 - Fiscalização dos Estoques Públicos.....</u>	<u>55</u>
<u>6.2.2.1 – Perdas.....</u>	<u>56</u>
<u>6.2.2.2 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda.....</u>	<u>57</u>
<u>6.2.3 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns.....</u>	<u>57</u>
<u>6.2.4 – Fiscalizações da Operações de Garantia e Sustentação de Renda.....</u>	<u>57</u>
<u>6.2.5 – Descredenciamento de Armazéns.....</u>	<u>58</u>
<u>6.3 – Remoção de Produtos.....</u>	<u>58</u>
<u>6.3.1 – Remoção de Produtos dos Estoques Públicos.....</u>	<u>58</u>
<u>6.3.2 – Remoção de Produtos do MDS.....</u>	<u>58</u>
<u>6.3.3. - Aquisições de Produtos Agrícolas.....</u>	<u>59</u>
<u>6.4 – Principais Indicadores de Desempenho.....</u>	<u>59</u>
<u>7 – Geração e Difusão de Informações (Refere-se ao item 10 da DN TCU 108).....</u>	<u>62</u>
<u>7.1 - Levantamento de Safras.....</u>	<u>62</u>
<u>7.2 - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.....</u>	<u>65</u>
<u>8 – Gestão de Pessoas (Refere-se ao item 11 da DN TCU 108).....</u>	<u>66</u>

<u>8.1 – Distribuição de Empregados.....</u>	66
<u>8.2 - Comunicação Interna.....</u>	66
<u>8.3 – Melhoria do Clima Organizacional.....</u>	67
<u>8.4 – Capacitação de Pessoal.....</u>	67
<u>8.4.1 – Palestras.....</u>	70
<u>8.4.2 – Treinamentos.....</u>	70
<u>8.4.3 – Da aprendizagem obtida.....</u>	71
<u>8.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo.....</u>	71
<u>8.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências.....</u>	75
<u>8.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria.....</u>	75
<u>8.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal</u>	75
<u>8.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários.....</u>	75
<u>8.5.5 – Custos de Pessoal.....</u>	76
<u>8.5.6– Mão de Obra Terceirizada.....</u>	78
<u>8.5.7 - Principais Indicadores Gerenciais.....</u>	79
<u>9 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil (Refere-se ao item 12 da DN TCU 108).....</u>	81
<u>9.1– Análise da Execução Física e Orçamentária.....</u>	81
<u>9.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar.....</u>	103
<u>9.2.1 - Restos a Pagar Processados.....</u>	103
<u>9.2.2 Restos a Pagar Não Processados.....</u>	104
<u>9.3– Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76.....</u>	105
<u>9.4 – Composição dos Investimentos da Empresa.....</u>	122
<u>9.5 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de propriedade da Conab/SUREG/RO.....</u>	123
<u>9.6 - Composição dos Investimentos da Empresa</u>	124
<u>9.7 – Parecer de auditoria independente.....</u>	127
<u>10 – Governança e Controles (Refere-se ao item 13 da DN TCU 108).....</u>	131
<u>10.1 Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno.....</u>	131
<u>10.2 - Informações Sobre as Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acordãos do TCU ou em relatórios de auditoria do controle interno.....</u>	133
<u>10.3 Informações sobre tratamento das recomendações realizadas pela AUDIN.....</u>	133

I – LISTA DE QUADROS

Nº	Descrição	Pag.
I	Identificação da Unidade Jurisdicionada	16
II	Preços Mínimos Principais Produtos Amparados PGPM para Safra 2010/2011	31
III	Aquisições por meio da CPR-Estoque	35
IV	Aquisições por meio da CPR-Doação	35
V	Demonstrativo das Aquisições de Produtos	36
VI	Demonstrativo das Aquisições de Sacaria	37
VII	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - MDS	45
VIII	Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MI	45
IX	Demonstrativo da Distribuição de Feijão	46
X	Distribuição de Alimentos à outros Países	47
XI	Ajuda Humanitária Internacional – Países Beneficiados / Período: 2004 - 2011	48
XII	Demonstrativo de Estoque Médio	49
XIII	Demonstrativo de Receita com Produtos de Terceiros	49
XIV	Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	50
XV	Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria	51
XVI	Demonstrativo Posição dos Estoques Público - Armazéns Próprios	51
XVII	Certificação das Unidades Armazenadoras – Previsão 2016	51
XVIII	Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada	53
XIX	Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas	55
XX	Relação de Fiscais da Regional	55
XXI	Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas em Rondônia	56
XXII	Demonstrativo de Perda de Milho para Rondônia	56
XXIII	Demonstrativo de Fiscalização realizada em Rondônia	57

XXIV	Demonstrativo de Fiscalização por Instrumento 2008/2011	57
XXV	Remoções de Produtos dos Estoques Públicos - PGPM	58
XXVI	Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS	59
XXVII	Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2009/10 e 2010/11	64
XXVIII	Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2010/11 e 2011/12	65
XXIX	Treinamento, por Área de Conhecimento	68
XXX	Indicadores de Capacitação	69
XXXI	Ações das Palestras Ministradas	70
XXXII	Avaliações dos Treinamentos	70
XXXIII	Avaliação da ampliação de conhecimentos obtidos nas Palestras e Treinamentos	71
XXXIV	Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional	72
XXXV	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual Situação Apurada em 31/12/2011	73
XXXVI	Demonstrativo por Nível de Enquadramento	73
XXXVII	Demonstrativo por Nível de Escolaridade	74
XXXVIII	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	74
XXXIX	Composição do Quadro de Estagiários	75
XL	Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011	76
XLI	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	78
XLII	Atos de prestação de serviços com locação de mão de obra (exceto limpeza, higiene e vigilância ostensiva)	79
XLIII	Identificação das Unidades Orçamentárias	81
XLIV	Movimentação orçamentária por Grupo de Despesas	82
XLV	Despesas por Modalidade de Contratação	83
XLVI	Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ	84
XLVII	Despesas da Gestão por Grupo	85

XLVIII	(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	87
XLIX	Percentuais físicos e orçamentários da Ação.	88
L	(20CW) - Assistência Médica aos Empregados-Exames Periódicos	89
LI	Percentual de execuções Físicas e Orçamentárias da Ação	90
LII	(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	90
LIII	Percentual de Execução Física e Orçamentária da Ação	91
LIV	(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	91
LV	Custo por Empregado com Atendimento do Auxílio Alimentação	92
LVI	Percentual de Execução financeira da Ação	92
LVII	(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	93
LVIII	Demonstrativo da Execução Física e Orçamentária da Ação	94
LIX	Custo por Empregado Capacitado	94
LX	(0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	95
LXI	Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais	95
LXII	(2137) – Fiscalização dos Estoques e da Operação de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares.	96
LXIII	Demonstrativo dos Elementos de Despesa da Fiscalização dos Estoques	96
LXIX	(2130) – Formação dos Estoques Públicos	97
LXX	Demonstrativo da Execução Financeira da Formação dos Estoques Públicos	98
LXXI	(2272) Gestão e Administração do Programa	98
LXXII	Detalhamento por Elemento de Despesa da Gestão e Administração do Programa	99
LXXIII	Percentual de Execução Financeiras da Ações de Apoio ao Programa	100
LXXIX	(8579) – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	100
LXXX	Detalhamento dos Elementos de Despesa Constante da Execução Orçamentária.	101

LXXXI	(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	101
LXXXII	Demonstrativo de Armazéns por Unidade Armazenadora	101
LXXXIII	Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras	102
LXXXIV	(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	102
LXXXV	Detalhamento das despeças efetivadas na realização da ação	103
LXXXVI	Restos a pagar processados e não processados	103

II – LISTA DE FIGURAS

Nº	Descrição	Pag.
I	Organograma da Unidade Jurisdicionada	18
II	Mapa Estratégico Corporativo	21
III	Macroprocesso de Sustentação da Renda	23
IV	Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	24
V	Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	24
VI	Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	25
VII	Macroprocesso de Prestação de Serviços	26
VIII	Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	26
IX	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	27
X	Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos	32
XI	Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-RO	34
XII	Evolução do Número de Empregados	72
XIII	Evolução do repasse de auxílio e alimentação	93

III - LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
Abracen	Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento
AGF	Aquisição do Governo Federal
Ano-Safra	Intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita
Armazém cadastrado	Armazém cadastrado na Conab, por solicitação dos interessados, que é sistematicamente submetido a vistoria objetivando apurar informações sobre as unidades (ambiente natural e artificial), registrando sua capacidade estática e qualificação técnica
Armazém credenciado	Armazém apto a operar com os estoques do governo federal. O credenciamento objetiva habilitar as unidades cadastradas para prestação de serviços de armazenagem, para tanto a Conab realiza vistoria no armazém, habilitando aquela que se enquadra nos requisitos constantes do Manual de Operações da Conab
Armazém descredenciado	Armazém excluído do rol de unidades armazenadoras habilitadas a receber produtos do governo federal, por terem praticado desvio de mercadorias, prática de sinistro doloso ou troca de mercadorias e erros graves (propositais ou não) na gestão dos estoques, que ocasionem riscos para as pessoas e/ou animais, prestar informações falsas nos comprovantes de depósito ou outros documentos exigidos pela Conab
Armazém impedido	Armazém que não pode receber produtos dos estoques públicos ou vinculados a algum programa do governo federal, pelo não cumprimento de exigências legais e/ou dos requisitos técnicos/operacionais definidos pela Conab, bem como por débito e/ou pendência financeira com a Companhia
ATR	Açúcar Total Recuperável
BACEN	Banco Central do Brasil
BCAnet	Aplicativo que permite a geração de Boletins de Cadastro de Armazéns
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CAN	Coordenador de Ação Nacional
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDRH	Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos
Ceasa	Centrais de Abastecimento
Centreinar	Centro de Treinamento em Armazenagem
CFAC	Centro de Formação e Assistência Comunitária
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGPLAN	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGSR	Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural
Cibrazem	Companhia Brasileira de Armazenamento
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPB	Cadastro Nacional de Planos de Previdência
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
Contrato de Opção	Instrumento de política pública para o setor agrícola que visa proteger o produtor e/ou

	cooperativa de eventuais oscilações do mercado, uma espécie de seguro contra queda dos preços
COPEC	Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPR-Doação	Compra Especial da Agricultura Familiar
CPR-Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
Deral	Departamento de Economia Rural
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
EE	Estoque Estratégico
EFD	Escrituração Fiscal Digital
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuárias
ER	Estoque Regulador
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
Fome Zero	Política pública que visa a erradicação da fome e da exclusão social
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Geosafras	Projeto de aperfeiçoamento da metodologia de previsão de safras do Brasil
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global) foi concebido pelo Departamento de Defesa dos EUA no início da década de 1960, sob o nome de 'Projeto NAVSTAR'. O sistema foi declarado totalmente operacional apenas em 1995. Consiste em 28 satélites que orbitam a terra a 20.200 km duas vezes por dia e emitem simultaneamente sinais de rádio codificados
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Incra	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
LNT	Levantamento de Necessidades de Treinamento
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MOC	Manual de Operações da Conab
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS	Ministério da Previdência Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego

NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NOC	Manual de Normas da Organização
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
ONG	Organizações Não Governamentais
PAAnet	Aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
PD	Parcerias de Desenvolvimento
PEC	Plano de Educação Corporativa
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
Plano-Safra	Conjunto de medidas destinadas ao apoio do plantio da safra agrícola, contemplando preços mínimos, condições de comercialização, créditos para financiamento da produção, seguro agrícola etc
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PNPB	Programa Nacional de Produção de Uso do Biodiesel
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
Preços Mínimos	Objetivam reduzir a incerteza dos produtores quanto aos preços futuros estimulando, assim, a expansão da oferta agrícola. Durante a safra atuam como um seguro de preço, garantindo ao produtor uma renda mínima para sua produção, sendo fixados por Portaria Interministerial, após aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, e servem de base para as aquisições do Governo Federal-AGF
Prohort	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Pronaf	Programa Nacional de Agricultura Familiar
Refap	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAAGRA	Sistema Aplicado à Administração Quantitativa de Armazenagem
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEFAZ	Secretaria de Fazenda
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAGRO	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais

SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasses do Governo Federal
SigaBrasil	Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira
SIGEST	Sistema de Gestão de Estoques
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
Simab	Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil
Sinac	Sistema Nacional de Comercialização
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento
SISCOE	Sistema de Comercialização Eletrônica
SISCOT	Sistema de Gestão de Contratos
SISGAT	Sistema Gerencial de Atendimento
SISMAT	Sistema de Almoxarifado
SISSUB	Sistema de Controle das Operações de Subvenção
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
TI	Tecnologia da Informação
TPF	Tabela de Participação Financeira
TR	Taxa referencial
TVN	Termo de Vistoria e Notificação
UA	Unidade Armazenadora
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
VBPA	Valor Bruto da Produção
Vendas em Balcão	Programa do Governo Federal que viabiliza o acesso dos pequenos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta, garantindo, de forma contínua e sistematizada, o suprimento de insumos a preços de mercado
VEP	Valor de Escoamento do Produto

IV - APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab ao Tribunal de Contas da União -TCU, relativo ao exercício de 2011, foi elaborado na forma prescrita na Instrução Normativa TCU/nº 63 de 1.º de setembro de 2010, e, em consonância com a Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2011, e da Portaria-TCU nº 123 de 12 de maio de 2011 e na Portaria CGU nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010, que aprovou a Norma de Execução nº.º 03, da mesma data

Tomando-se por base a Parte “D” - Conteúdo Geral, do Anexo II, da DN 108, não detalharemos o item 5 (Articulação e Organização do Abastecimento), por não ter sido registrada ocorrência durante o exercício e também os itens 8 (Gestão tecnologia) e 9 (Gestão estratégica) pelo fato de que as informações que deveriam constar destes itens são planejadas e executadas de forma concentrada na Conab/Matriz.

O Plano Plurianual - PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Sureg-RO, segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas por esta Regional no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Empresa e os empregados.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg/RO, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

Everaldo da Silva Santos

Superintendente Regional de Rondônia

Rubens Rodrigues dos Santos

Presidente

1.1 – Informações gerais sobre a UJ

1.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I – Identificação da Unidade Jurisdicionada**Poder e Órgão de vinculação**

Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA		Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB - Superintendência Regional de Rondônia - SUREG/RO		
Denominação abreviada: Conab/SUREG/RO		
Código SIORG: 087103	Código LOA: Não se Aplica	Código SIAFI: 22211
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal		
Principal Atividade: Abastecimento Agroalimentar <small>(Administração Pública em Geral)</small>		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	69-3216-8400	
Endereço Eletrônico: ro.sureg@.conab.gov.br		
Página da Internet: www.conab.gov.br		
Endereço Postal: Av. Farquar N. 3305- Bairro Panair - Porto Velho - RO CEP: 76.904-660		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
<p>A Superintendência Regional da Conab no Estado de Rondônia, parte integrante da estrutura organizacional da Conab, foi criada por meio da Resolução CONAD n.º 05, de 30 de junho de 1999, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 76ª Reunião Ordinária, ocorrida em 30/6/1999. No uso da competência que lhe confere o Art. 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e o Art. 3º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 25/11/2009).</p>		
Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		

Lei nº 9.973/2000 – Lei de Armazenagem de Produtos Agrícolas.

Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

Manual de Operações da Conab, Regimento Interno, Regulamento de Pessoal.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
135136	Unidade Armazenadora de Cacoal/RO
135219	Unidade Armazenadora de Porto Velho/RO
135220	Unidade Armazenadora de Vilhena/RO
135227	Unidade Estoque Estratégico/RO
135228	Núcleo Estoque Regulador – PGPM-RO
135433	Unidade Mercado Opção/AC
135461	Conab- Sede Sureg-RO
135548	Unidade PAA/RO

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

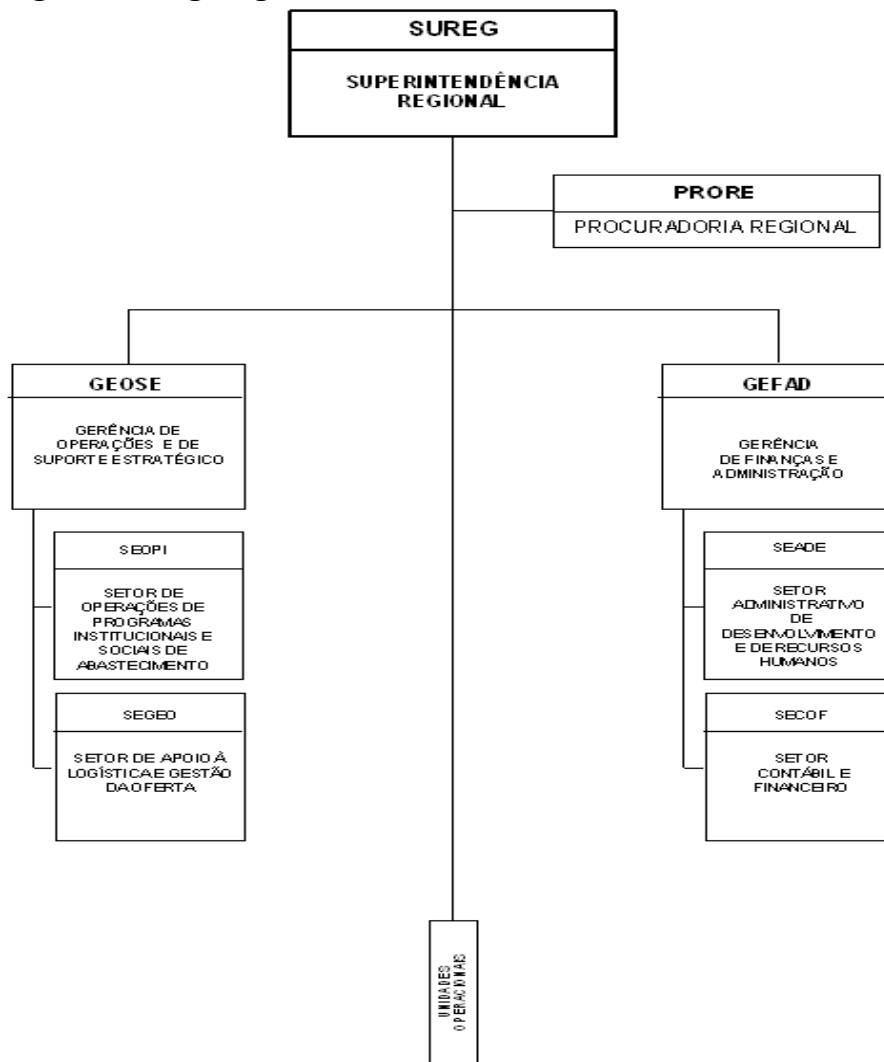
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135136	22211
135219	22211
135220	22211
135227	22211
135228	22211
135433	22211
135461	22211
135548	22211

1.1.2 – Organograma

Figura I – Organograma da Unidade Jurisdicionada



1.1.2.1 – Atribuições institucionais das Unidades Orgânicas da UJ

A Superintendência Regional de Rondônia – SUREG/RO, possui uma estrutura orgânica classificada, dentro da estrutura organizacional da Matriz, como sendo do Tipo II. Esta subordinada hierarquicamente à Presidência e funcionalmente às respectivas Diretorias. A Superintendência Regional de Rondônia por ser do tipo II, possui dentro de sua estrutura a seguinte organização: 01 Superintendência Regional, 01 Procuradoria Regional, 02 Gerências de Áreas, 04 Setores e 03 Unidades Armazenadoras, sendo uma no município de Porto Velho, 01 no município de Cacoal e outra no município de Vilhena.

Dentro de sua jurisdição, compete à Superintendência Regional, representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais, mantendo estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para as questões regionais, como também divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios. Compete ainda,

divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia e do Governo Federal, as disposições legais e os atos normativos em vigor, bem como, fazer cumprir e executar as diretrizes estabelecidas pelas áreas da Matriz, como também, coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas.

A Procuradoria Regional – PRORE, esta subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à Procuradoria-Geral da matriz, tendo dentro do seu rol de competências representar a Companhia, em juízo ou fora dele, nos assuntos de sua competência, propor e ajuizar as ações de cobrança e outras, zelar pela uniformidade de entendimentos e observâncias aos critérios e normas adotadas e à legislação competente, analisar e emitir pareceres sobre os processos administrativos, operacionais e licitatórios de aquisição e alienação de bens patrimoniais e contratação de serviços, como também acompanhar, no âmbito da Sureg, as ações em que a Companhia seja parte, e outras cujo deslinde seja de seu interesse, em todos os graus de jurisdição, perante as Justiças comum e especializada, e ainda, prestar assistência jurídica nos assuntos de interesse da Companhia e dentro da jurisdição da Regional.

Compete a Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – GEOSE, que esta subordinada hierarquicamente a Superintendência Regional, por intermédio dos Setores a ela subordinados, Setor de Operações e de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEOPI e o Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO, desenvolver as atividade relacionadas aos programas de desenvolvimento empresarial e de apoio à logística e gestão da oferta, bem como das operações de estoques públicos e comerciais de produtos agrícolas e seus insumos, e ainda, acompanhar, executar e analisar os programas institucionais e sociais de abastecimento desenvolvidos e executados pelas políticas e programas do Governo Federal.

Subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional, compete à Gerência de Finanças e Administração – GEFAD, por intermédio do Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – SEADE e do Setor Contábil e Financeiro – SECOF, a promoção e execução de todas as atividades relacionadas com a administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais, seguro, desenvolvimento e capacitação de pessoal e modernização administrativa, bem como, as atividades relacionadas aos serviços de telecomunicações, de documentação e de serviços gerais, e ainda, toda a execução e controle das atividades contábeis, tributárias, fiscais, orçamentárias e financeiras da Superintendência Regional, de acordo com as normas adotadas pela Companhia e às legislações competentes.

As Unidades Armazenadoras – Uás, que estão subordinadas hierarquicamente à Superintendência Regional e funcionalmente à Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – GEOSE e a Gerência de Finanças e Administração – GEFAD, compete o desenvolvimento das atividades relacionadas ao recebimento, classificação, conferência, processamento, conservação e expedição dos produtos armazenados pela Companhia e por terceiros; prestar o apoio necessário à realização da atividades desenvolvidas pela Superintendência Regional, junto aos órgãos e representações federais, estaduais e municipais, como também nas atividades de cadastramento de clientes e de armazéns, coleta de preços de produtos e insumos agrícolas e manter contatos sistemáticos, sob a orientação da SUREG e das Gerências de Áreas, com todo o segmento agrícola da região, com a finalidade de obter informações agropecuárias e subsidiar as decisões, compete ainda, cumprir e fazer cumprir as metas operacionais e financeiras fixadas pela Matriz.

Esta ainda, sob a competência da Superintendência Regional, a execução e o cumprimento de todas as diretrizes e normas estabelecidas pela Presidência, Diretorias e Superintendências de Área da Matriz, no âmbito de sua jurisdição.

1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1 – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

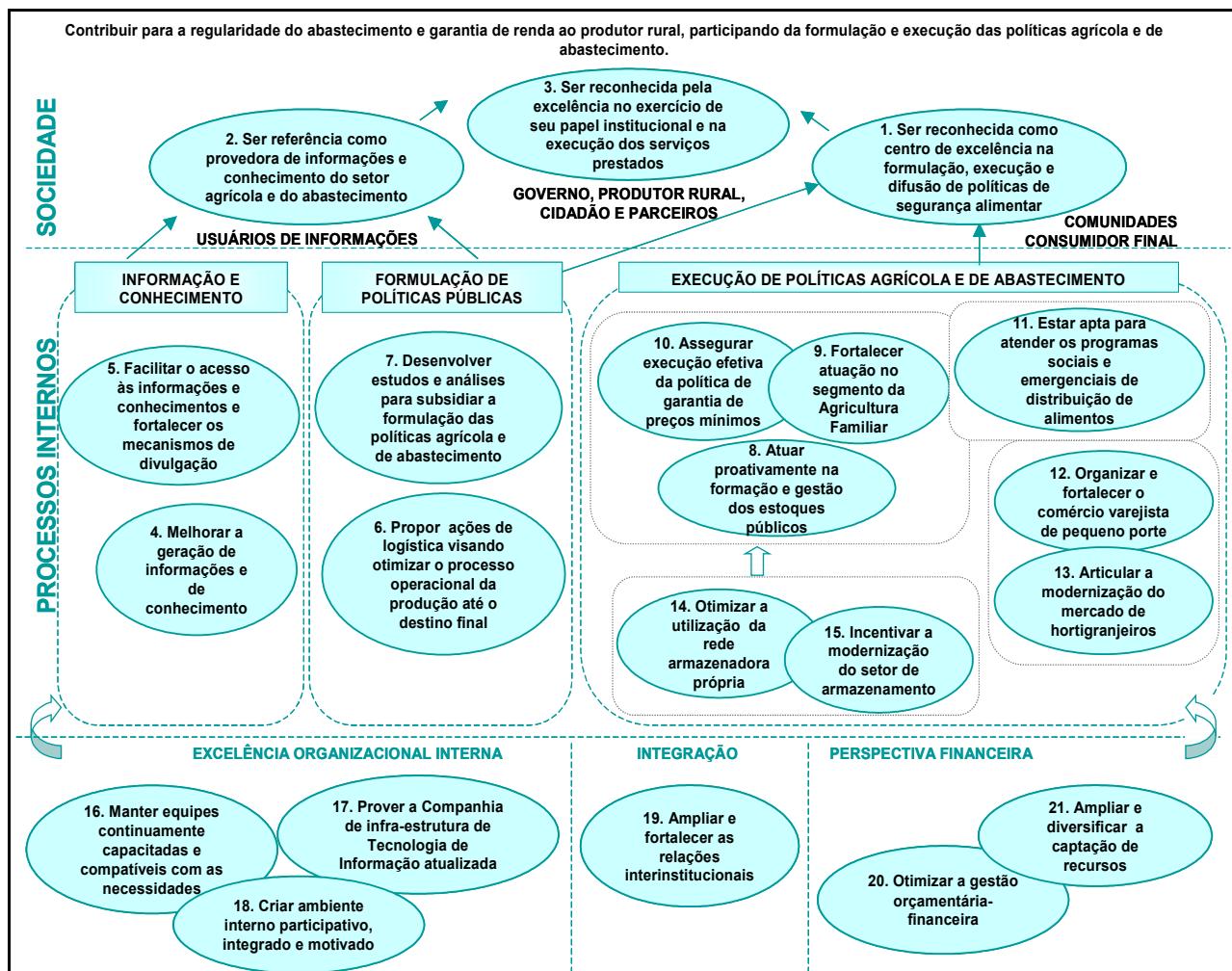
Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura II– Mapa Estratégico Corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhou e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a

finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

- a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;
- b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;
- c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;
- d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e
- e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

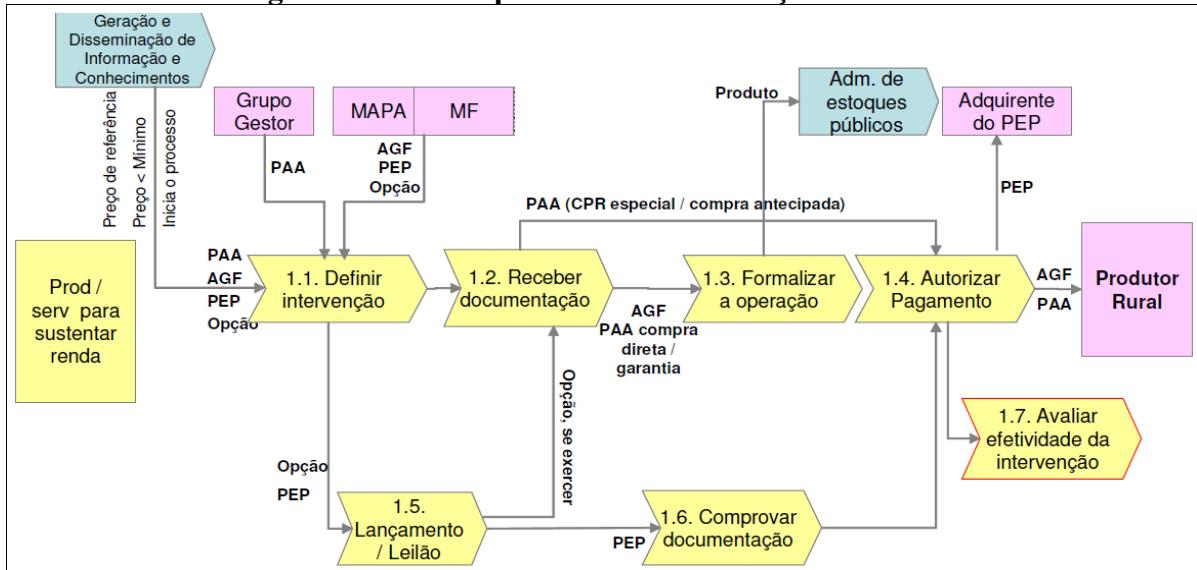
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos

1.2.2.1 - Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

Figura III - Macroprocesso de Sustentação da Renda


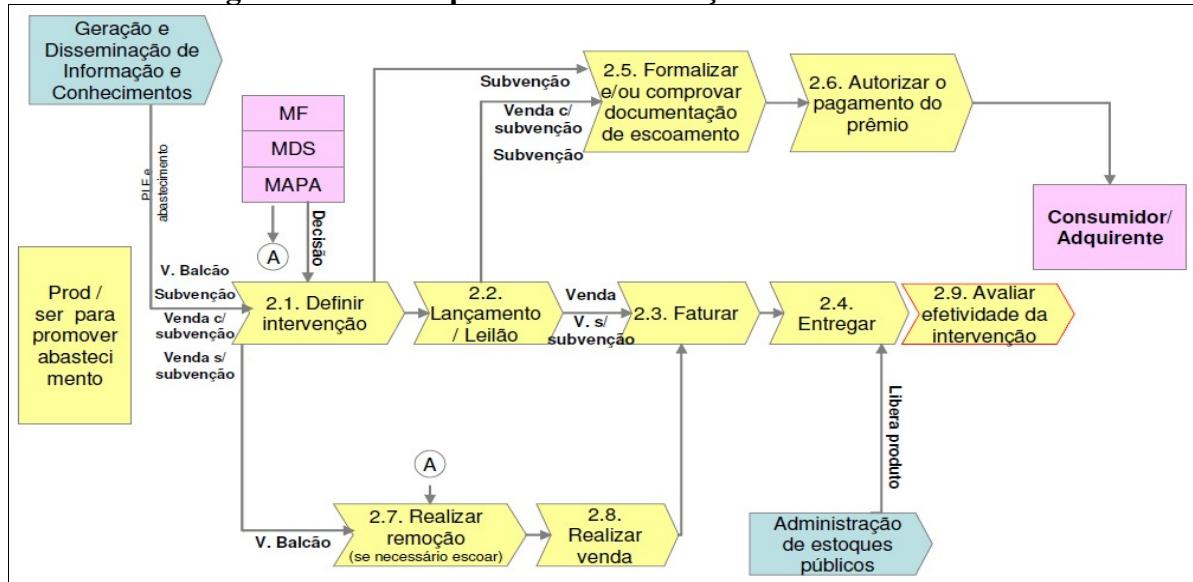
Fonte: Conab

1.2.2.2 - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com ou sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

Figura IV - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento


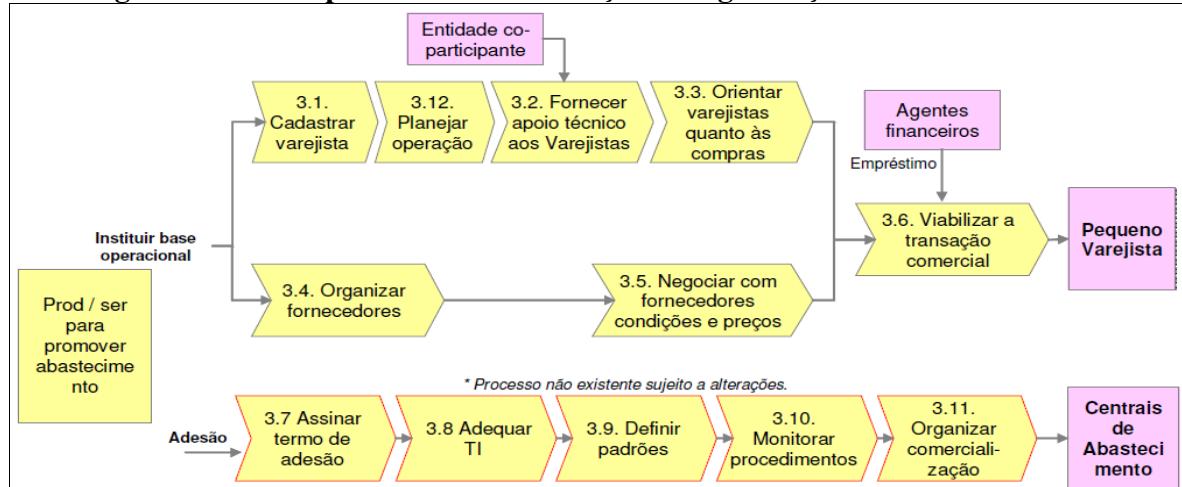
Fonte: Conab

1.2.2.3 - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

Figura V - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento


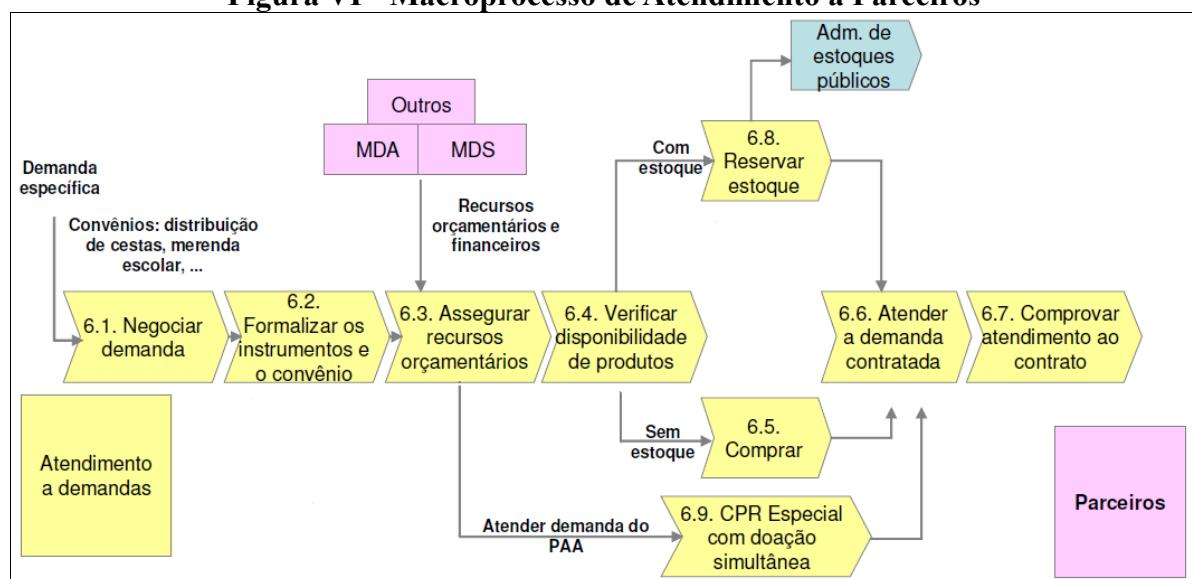
1.2.2.4 - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

Figura VI - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



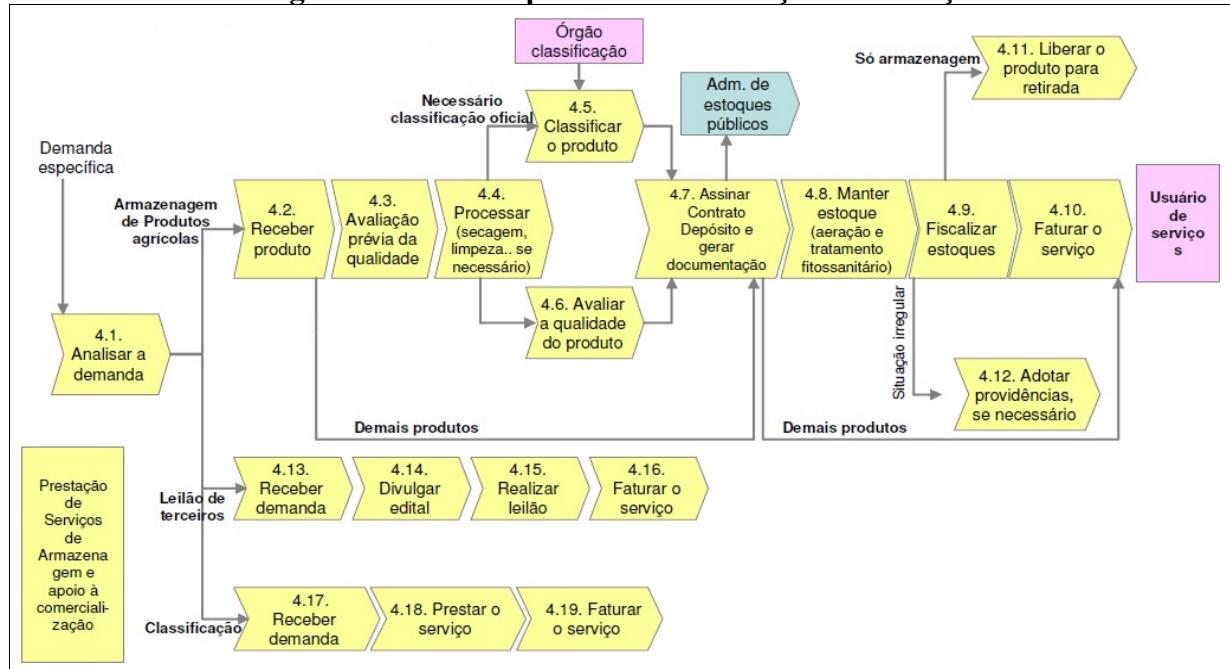
Fonte: Conab

1.2.2.5 - Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

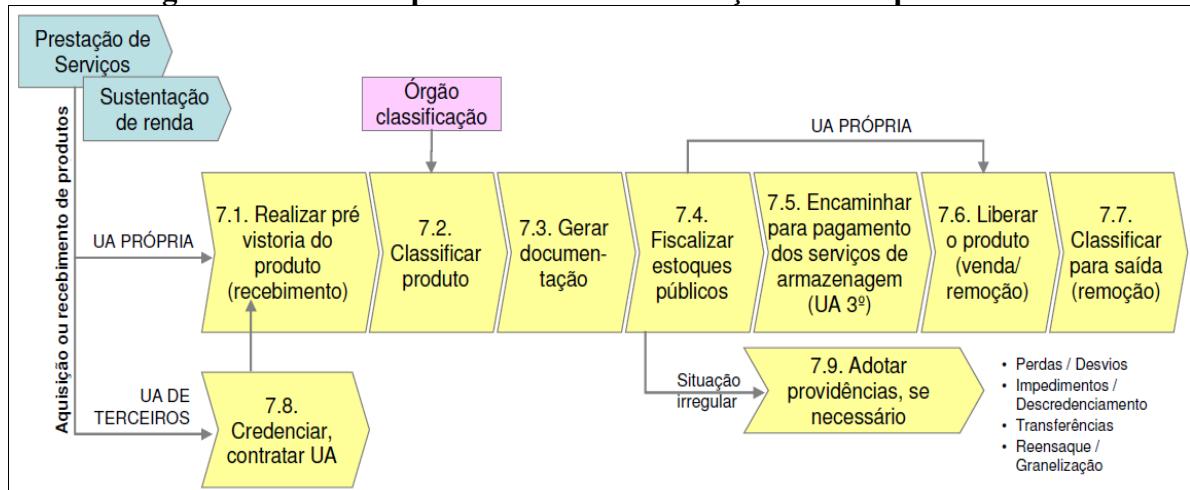
Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

Figura VII - Macroprocesso de Prestação de Serviços


Fonte: Conab

1.2.2.6 - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Figura VIII - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos


Fonte Conab

1.2.2.7 - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

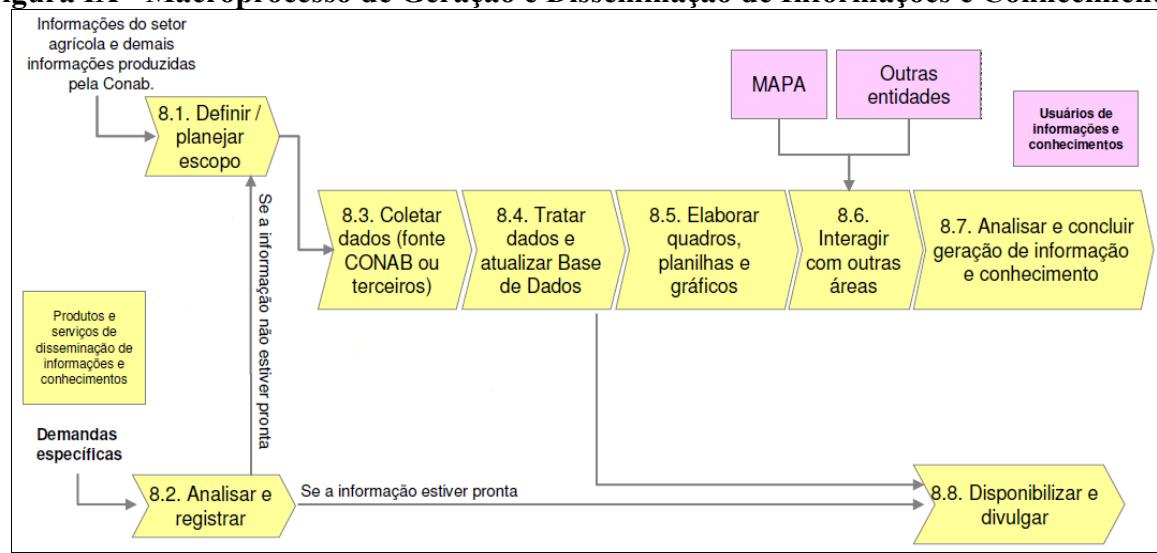
É o principal macro-processo de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macro-processo que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazeneadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geo espacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas, cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Figura IX - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

No decorrer do exercício de 2011, observou-se que dos muitos problemas, principalmente os que se referem a recursos humanos, estão se agravando.

O aumento no volume de atividades da Regional continua sendo uma constante e o número de funcionários é insuficiente.

As Unidades Armazenadoras localizadas em Porto Velho, Cacoal e Vilhena também apresentam problemas de estrutura física, conforme a série de demandas que foram apresentadas para às áreas responsáveis, e fazem parte dos projetos de grande porte para manutenção dessas Unidades, mas ainda não autorizados. Identifica-se ainda, que para dar prosseguimento nos projetos propostos tem que se adequar o quadro técnico, visto que não dispomos destes profissionais em número suficiente para atender a toda a demanda, tais como engenheiros nas suas diversas especialidades de modo a atender aos requisitos legais quando da preparação do Edital de Licitação.

O pequeno contingente de pessoal, tanto da área técnico-operacional, quanto das áreas que sofrem os reflexos indiretos dessas operações (contábil e administrativa), resume-se a 52 empregados em efetivo exercício, demonstrando que não foram tomadas por parte da administração central qualquer medida para sanear os problemas relatados no exercício de 2010.

Tornam-se prementes as necessidades de medidas que busquem a revitalização do quadro de RH da Conab/Sureg-RO, tais como intensificar o treinamento dos atuais empregados, principalmente dos anistiados; contratação de novos empregados; re-enquadramento dentro das funções desenvolvidas e um plano de desligamento incentivado, de forma escalonado, contemplando a transferência de conhecimentos para os novos contratados, visando resguardar a cultura e a excelência técnica da organização.

A atual estrutura organizacional foi implantada há anos, sendo hoje necessário o desmembramento do Setor Fiscal e Contábil. Desta modificação, a que causa maior impacto é ausência de setor específico para tratar dos assuntos inerentes aos tributos, pois a legislação é extensa e com frequentes modificações, necessitando de atendimento especializado, mantendo no setor um conjunto de atividades com o mesmo objetivo: fiscal (tributos).

No Setor Administrativo e de Desenvolvimento de Recursos Humanos – SEADE a situação não é diferente, agravando-se em razão do Princípio da Segregação de Função, que já foi objeto de relatório da CGU (gestão 2006), pois o mesmo funcionário responsável pelas contratações (material/serviços) é aquele que responde pelo controle (contrato/almoxarifado/patrimônio), cujas atividades são regulamentadas nas próprias normas da Companhia.

Desta forma, sugere-se que o SEADE seja desmembrado, criando um setor que realize as atividades de contratações (licitações e dispensas) e outro de controle (contrato/almoxarifado/patrimônio).

Verificadas as soluções para os problemas estruturais, a inclusão das Sureg's na sugestão dos níveis de investimentos e de custeio – aquisições de veículos, equipamentos, manutenções, melhorias nas instalações; participação nas pré-definições das operações de subvenção – volumes, regiões no Estado, produtos, preços, motivos e objetivos para a realização das mesmas; acompanhamento dos objetivos da política em seminários e tele-conferências internas da Companhia, favoreceria uma maior articulação de ações e eficácia nos resultados da Companhia, como um todo.

Reducir tais limitações agregaria considerável potencial de ação à Conab/Sureg-RO, conduzindo o próximo exercício à produtividade e a melhoria de resultados para a vasta população com a qual está envolvida e/ou para seus beneficiários.

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

Diferentemente da situação verificada no exercício 2010, referente a safra de milho em grãos, a elevação dos preços das commodities no mercado, tanto nacional quanto internacional, tornou-se desnecessária à atuação do Governo Federal em ações para sustentação de preços dos principais produtos produzidos e comercializados no Estado de Rondônia.

Desta forma, considerando a condição de grande produtor de três dos principais produtos incluídos na classificação de commodities agrícolas e alimentares (grãos, óleos vegetais, carnes, frutos do mar, açúcar, bananas e outras commodities que são base de alimentos para o consumo humano), não ocorreram operações na área sob jurisdição da Conab/Sureg-RO de qualquer dos instrumentos previstos na **Política de Garantia de Preços Mínimos- PGPM** para os produtos milho e soja em grãos.

Ao contrário, grande parte dos estoques de milho em grãos vinculados a PGPM, foram colocados a venda de forma a atender o abastecimento e a regulação de preços em regiões afetadas pela falta de produto, motivadas por quebra de produção ou aumento de consumo.

Como empresa pública, a Conab não participa em condições competitivas com o mercado na área em que atua. O objetivo de prestação de serviços de armazenagem para terceiros é praticamente irrelevante diante da atual capacidade estática disponível na região. O estado de Rondônia dispõe atualmente de uma oferta superior a 635.737 de toneladas de capacidade estática para armazenamento de grãos (convencional e graneleiro), diante do que a capacidade de armazenamento da Companhia tem uma representatividade de 3,16%. Assim, entendemos que as unidades de armazenamento da Conab em Rondônia deverão se voltar para estimular o desenvolvimento de aprimoramento tecnológico na área de armazenagem e contribuir com o treinamento de mão de obra especializada, procedendo interação com as universidades e demais órgãos vinculados a produção agrícola.

Apesar de desenvolver grande volume de atividades para apoiar a comercialização de produtos agrícolas, a Conab/Sureg-RO não gera receitas próprias, visto que todo o processo de comercialização e de apoio, realização dos leilões para operações de contratos de opção e vendas de produto são centralizados e controlados pelas respectivas áreas de cada instrumento na Matriz.

Como resultado dos incentivos que o Governo Federal oferece aos produtores agrícolas, por meio das ações empreendidas pela Conab, a cada ano, melhora o sistema de produção, a produtividade e aumenta a segurança e a confiança dos produtores no apoio institucional do Estado.

A Conab, ciosa de sua obrigação de tornar público esses resultados, lançou o Portal da Transparência, onde é possível acompanhar os nossos estoques de alimentos.

O ano de 2012 nos reserva novos desafios, segundo a política agrícola que está sendo desenhada pelo Ministério Agricultura, que deverá levar em conta as necessidades da nova classe média rural que se forma no País, fazendo com que as ações da Conab assumam novos patamares na relação Estado e produtores/empreendedores agrícolas.

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Instrumentos para Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo),



promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

3.2 – Intervenções Governamentais

3.2.1 – Formação de Estoques Públicos

3.2.1.1 - Intervenções Realizadas em 2011

Para o Norte do país, e, por conseguinte, para Rondônia, conforme estabelecido no Manual de Operações da Conab – MOC nas Normas específicas para cada produto, os principais produtos amparados para Safra 2010/2011 tiveram os preços mínimos e vigência conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro II - Preços Mínimos Principais Produtos Amparados PGPM para Safra 2010/2011

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Unidade	2011	
			Início de Vigência	Valor(R\$)
Farinha	Norte e Nordeste	50 Kg	01/01	28,67
Algodão em pluma	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	15 kg	01/11	44,60
Arroz longo fino em casca	Norte e MT	60 kg	01/11	28,23
Arroz longo em casca	Norte e MT	60 kg	01/11	21,66
Feijão	Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul,	60 kg	11/10	80,00
Milho	MT e RO	60 kg	01/11	13,98
Sorgo	MT e RO	60 kg	01/11	11,16

Fonte: Manual de Operações da Conab.

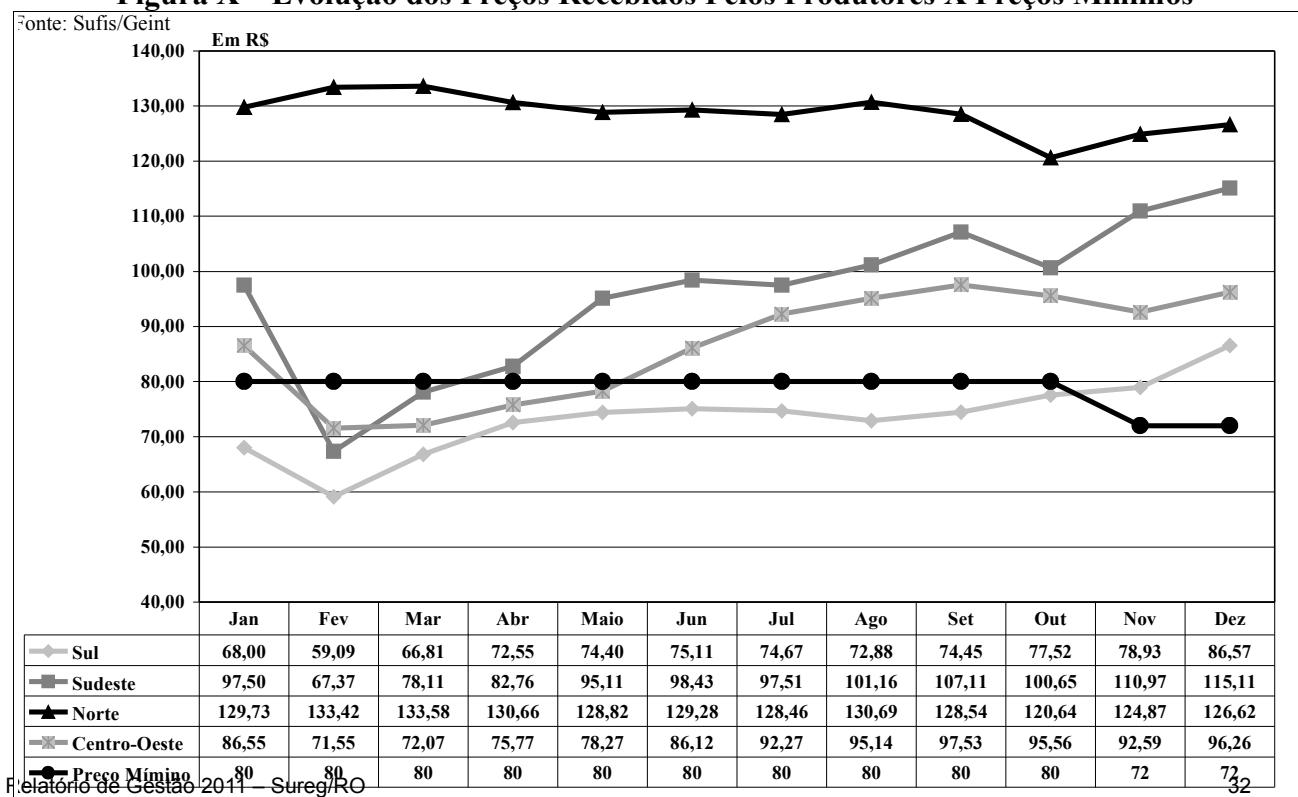
Face a dinâmica na flutuação dos preços apresentados pelo mercado, a única demanda existente não ocorreu nenhuma demanda de produtores de Rondônia para qualquer das operações previstas dentro da PGPM (exceto AGF) ou dos Instrumentos de Subvenção PEP, PEPRO, e PROP.

A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por produtos listados no quadro supra. Destes tradicionalmente a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, sisal e trigo e esporadicamente algodão, fécula, leite, sorgo e uva. Em 2011, em função dos preços recebidos pelos produtores terem atingido níveis inferiores aos dos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab intervém nos mercados de arroz, trigo, sisal e feijão. Especificamente no Estado de Rondônia a Conab adquiriu por meio de AGF, apenas 2,3 toneladas de feijão.

O feijão é um alimento básico para o brasileiro. A média atual de consumo de feijão é de 12,7 kg brasileiro/ano. A preferência do consumidor é regionalizada e diferenciada principalmente quanto à cor e ao tipo de grão. O feijoeiro comum é cultivado ao longo do ano, na maioria dos estados brasileiros, proporcionando a colheita de 3 safras ao ano havendo, em consequência, constante oferta do produto no mercado. É cultivado tanto em culturas de subsistência quanto em cultivos altamente tecnificados. No Estado de Rondônia o feijão foi uma cultura de destaque que vem perdendo gradativamente importância no cenário agrícola. A produção colhida na safra de 2010 foi de apenas 8,7 mil toneladas.

Conforme demonstrado na figura a seguir, os preços recebidos pelos produtores de feijão da Região Norte se mantiveram por todo o exercício em patamares acima do preço mínimo fixado pelo Governo; nas regiões Sudeste e Centro-Oeste estes preços atingiram valores inferiores ao do mínimo durante o primeiro semestre e, em seguida, recuperação atingindo preços remuneradores. Especial atenção foi voltada para a Região Sul, sobretudo no Estado do Paraná, onde os preços permaneceram abaixo do mínimo no período de janeiro a novembro de 2011. Neste Estado foram adquiridas por meio de AGF 20.980 toneladas. Apesar do cenário favorável aos produtores no Estado de Rondônia, a aquisição por meio de AGFs visou o atendimento a produtores com dificuldades na comercialização do produto.

Figura X – Evolução dos Preços Recebidos Pelos Produtores X Preços Mínimos



3.2.1.2 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados//beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição do produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente , próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente;; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto as preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque, estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Abrangência de Atuação do PAA

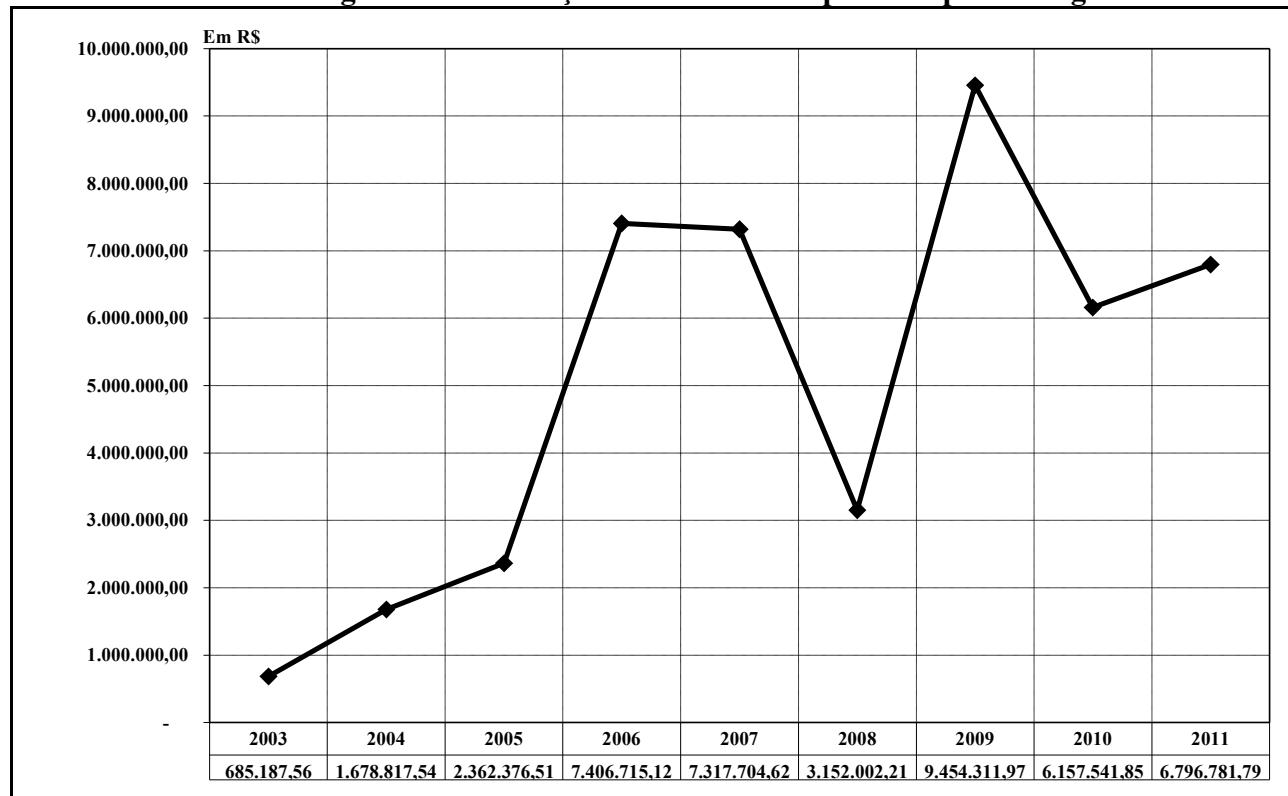
O Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 299 famílias de produtores rurais evoluindo, em 2011, para 1.623 famílias, com a aquisição de 3.757 toneladas de diversos produtos agropecuários.

b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas. A figura a seguir apresenta a evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos pela Sueg-RO.

Figura XI – Evolução dos Recursos Aplicados pela Sureg-RO



Fonte: Supaf/Gecaf

c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou benfeiteiros.

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Em 2011, não houve aquisição por CDAF tendo em vista que houve pouca demanda para aquisição dos produtos, devido a alta de preços.

Devido ao fato da operacionalização da CPR-Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

Por este instrumento foram amparados 495 toneladas de café, castanha do brasil, palmito e polpa de cupuaçu, de 212 produtores familiares.

Quadro III – Aquisições por meio da CPR-Estoque

UF	N.º Municípios	Produto	MDS			MDA		
			N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
RO		Café	-	-	-	35	81	182.792,22
		Castanha do brasil	-	-	-	84	239	248.657,76
		Palmito	-	-	-	25	25	150.000,00
		Polpa de cupuaçu	-	-	-	68	150	450.000,00
			-	-	-	212	495	1.031.450

Fonte: Supaf/Gecaf

Por meio da CDAF foram adquiridas e doadas 3.263 toneladas de diversos produtos alimentícios a 463 instituições sociais, beneficiando 177.634 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro IV – Aquisições por meio da CPR-Doação

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
RO		Diversos	1.411	3.263	5.765.331,81	463	177.634
Total			1.411	3.263	5.765.331,81	463	177.634

Fonte: Supaf/Gecaf

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CRP-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAANet, projetos detalhados, com a quantidade de produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

3.2.1.3 – Aquisições do Governo Federal - AGF

a) Aquisição do Governo Federal-AGF

Consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores. A operação se realiza quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente.

Em 2011, foram realizadas intervenções nos mercados de arroz, feijão, milho e trigo. As aquisições objetivaram a manutenção de renda dos produtores no caso da ocorrência de preços inferiores aos preços mínimos ou à ocorrência de problemas na comercialização, principalmente decorrentes da falta de estrutura de armazenagem ou de escoamento do produto. Foram adquiridas por meio deste instrumento e em nível nacional 596.870 toneladas e, especificamente em Rondônia 2,4 toneladas de feijão e 60.038 unidades de sacaria para atendimento às necessidades do Programa Vendas em Balcão.

Quadro V - Demonstrativo das Aquisições de Produtos

UF	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)
DF	Feijão	59.910	79.878,00	0	0,00	59.910	79.878,00
Subtotal		59.910	79.878,00	0	0,00	59.910	79.878,00
GO	Feijão	510.712	680.931,77	0	0,00	510.712	680.931,77
	Milho	1.200.000	349.200,00	0	0,00	1.200.000	349.200,00
Subtotal		1.710.712	1.030.131,77	0	0,00	1.710.712	1.030.131,77
MS	Feijão	296.853	397.018,82	0	0,00	296.853	397.018,82
Subtotal		296.853	397.018,82	0	0,00	296.853	397.018,82
PR	Feijão	20.979.588	28.017.984,52	0	0,00	20.979.588	28.017.984,52
	Trigo	22.500.000	10.732.500,00	0	0,00	22.500.000	10.732.500,00
Subtotal		43.479.588	38.750.484,52	0	0,00	43.479.588	38.750.484,52
RO	Feijão	2.389	3.185,25	0	0,00	2.389	3.185,25
Subtotal		2.389	3.185,25	0	0,00	2.389	3.185,25
RS	Arroz	395.073.835	207.460.474,98	204.039.000	119.865.814,20	599.112.835	327.326.289,18
	Trigo	144.640.642	77.946.658,50	0	0,00	144.640.642	77.946.658,50
Subtotal		539.714.477	285.407.133,48	204.039.000	119.865.814,20	743.753.477	405.272.947,68
SC	Arroz	1.253.300	671.768,80	10.341.000	6.020.460,00	11.594.300	6.692.228,80
	Feijão	8.914.990	11.886.356,19	0	0,00	8.914.990	11.886.356,19
Subtotal		10.168.290	12.558.124,99	10.341.000	6.020.460,00	20.509.290	18.578.584,99
SP	Feijão	1.223.910	1.631.839,20	0	0,00	1.223.910	1.631.839,20
	Trigo	213.750	113.793,28	0	0,00	213.750	113.793,28
Subtotal		1.437.660	1.745.632,48	0	0,00	1.437.660	1.745.632,48
Total Geral		596.869.879	339.971.589,31	214.380.000	125.886.274,20	811.249.879	465.857.863,51

Quadro VI - Demonstrativo das Aquisições de Sacaria

UF	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quant.(unidade)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(unidade)	Valor (R\$)
AC	Sacaria	40.000	58.634,00	0	0,00	40.000	58.634,00
CE	Sacaria	660.000	709.818,00	0	0,00	660.000	709.818,00
DF	Sacaria	1.088	866,59	0	0,00	1.088	866,59
ES	Sacaria	292.000	292.000,00	0	0,00	292.000	292.000,00
GO	Sacaria	8.332	7.305,97	0	0,00	8.332	7.305,97
MA	Sacaria	110.000	122.496,00	0	0,00	110.000	122.496,00
MG	Sacaria	30.000	31.704,00	0	0,00	30.000	31.704,00
PA	Sacaria	40.000	47.272,00	0	0,00	40.000	47.272,00
PB	Sacaria	315.000	371.920,50	0	0,00	315.000	371.920,50
PI	Sacaria	290.000	322.944,00	0	0,00	290.000	322.944,00
PR	Sacaria	367.382	282.997,77	0	0,00	367.382	282.997,77
RO	Sacaria	60.038	67.125,63	0	0,00	60.038	67.125,63
RR	Sacaria	365.461	442.397,47	0	0,00	365.461	442.397,47
RS	Sacaria	294.958	303.881,45	0	0,00	294.958	303.881,45
SC	Sacaria	838.494	839.578,33	0	0,00	838.494	839.578,33
SP	Sacaria	6.303	5.578,18	0	0,00	6.303	5.578,18
Total Geral		3.719.056	3.906.519,89	0	0,00	3.719.056	3.906.519,89

Fonte: Dirab/Suope/Gefoc

3.2.2 - Subvenções do Governo Federal

3.2.2.1 - Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção econômica concedida diretamente aos extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf, ou, ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

Em meados de 2011 houve entrave na assinatura da Portaria Interministerial que libera os recursos, sendo assinada somente em 23 de dezembro. Tal situação impossibilitou a operacionalização do Programa no segundo semestre, devendo influenciar negativamente os primeiros meses de 2012.

No período foram pagos em nível nacional R\$ 1.895.090,76, e especificamente pela Sureg-RO, R\$ 69.494,95 a 148 extrativistas de borracha.

3.3 – Principais indicadores de desempenho

Esses índices/indicadores ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as Regionais nos exercícios futuros.

A título de conhecimento, segue abaixo demonstrativo dos indicadores em fase de construção.

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEP demandadas pelo MAPA

Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA

Tipo: Eficácia

Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope

Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Pep=Prêmio para Escoamento de Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, p

Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEPRO demandadas pelo MAPA

Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA

Tipo: Eficácia

Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope

Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Pepro=Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias

Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção VEP demandadas pelo MAPA

Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA

Tipo: Eficácia

Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope

Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; VEP=Valor para Escoamento do Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, pr

Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:

Nome do Indicador: Evolução da quantidade de produtos oriundos do PAA comercializados pelas Centrais de Negócios

Objetivo do Indicador: Verificar a participação da Refap como canal de escoamento da produção do PAA

Tipo: Eficiência

Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social

Fórmula de Cálculo e método de medição: Quantidade de produtos comercializados. Unidades varejistas são aquelas filiadas junto às Centrais de Negócios apoiadas pela Refap. Centrais de Negócios são associações que reúnem grupos de varejistas com o objetivo

Fonte dos dados: SUREGs

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não determinada				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Preços praticados pelas Unidades Varejistas filiadas em relação aos praticados pelas grandes redes

Objetivo do Indicador: Verificar o impacto do programa sobre os preços praticados pelas redes filiadas à Refap

Tipo: Efectividade

Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social

Fórmula de cálculo e método de medição: $VPCx = (PVx/PGRx) - 1 * 100$ onde, VPCx=Variação do preço da cesta X para o consumidor, PVx=Preço da cesta X nos varejistas filiados e PGRx=Preço da cesta X nas grandes redes. Unidades varejistas são aquelas filiadas jun

Fonte dos dados: SUREGs

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Famílias Consumidoras atendidas pelas Unidades de Serviço Móvel Fluvial

Objetivo do Indicador: Acompanhar o alcance do atendimento ao público alvo

Tipo: Eficácia

Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social

Fórmula de cálculo e método de medição: $FCa(%) = (FCa/FCp) * 100$, onde FCa(%)=Percentual de Famílias consumidoras atendidas, FCa=Número de Famílias Consumidoras atendidas, Fcp=Número de Famílias Consumidoras previstas. Famílias Consumidoras são as famílias qu

Fonte dos dados: SUREGs

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Famílias produtoras atendidas pelas Unidades de Serviço Móvel Fluvial

Objetivo do Indicador: Acompanhar o alcance do atendimento ao público alvo

Tipo: Eficácia

Área Responsável: Supab – Superintendência de Abastecimento Social

Fórmula de cálculo e método de medição: $Fpa(%) = (Fpa/FPp) * 100$, onde Fpa(%)=Percentual de Famílias Produtoras atendidas, Fpa=Número de famílias Produtoras atendidas, FPp=Número de Famílias Produtoras previstas. Famílias Produtoras são as famílias que vendem

Fonte dos dados: SUREGs

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
-				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:

Nome do Indicador: Efetividade das Intervenções no Mercado

Objetivo do Indicador: Acompanhar o efeito das intervenções governamentais, executados pela Conab, nos preços do arroz.

Tipo: Efetividade

Área Responsável: Sugof/Cerab

Fórmula de cálculo e método de medição: O cálculo é feito em duas etapas: 1^a - Para unificar os valores das intervenções, deve-se somar os volumes exercidos com PROP, COV, AGF, PEP e PEPRO em cada mês e subtrai-los do volume de Vendas do mês correspondente [(PROP+COV+AGF+PEP+PEPRO)-Vendas]-y. 2^a - Calcular o coeficiente de correlação do momento do produto Pearson (r), com a fórmula matemática abaixo, onde: x =Preço de mercado em cada mês, \bar{x} =Média de preço dos 12 meses do ano, y =Volume utilizado (compra e venda) no mês, \bar{y} =Média do volume utilizado (compra e venda) nos 12 meses do ano, r =coeficiente de correlação de Pearson. Associação linear entre as variáveis. Sinal: indica o sentido da variação. Positivo (x e y variam no mesmo sentido); Negativo (x e y variam em sentido oposto). Intervalo de variação: $-1 \leq r \leq 1$ indica a intensidade da relação entre as variáveis. $r=-1$, $r=1$: perfeita /forte; $0,10 \leq r \leq 0,3$: fraca; $0,40 \leq r \leq 0,6$: moderada; $0,70 \leq r \leq 1$: forte. Valores de “ r ” estão apresentados em módulo.

$$r = (\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y}) / \sqrt{\sum (x_i - \bar{x})^2 \sum (y_i - \bar{y})^2})$$

* - COHEN, Jacob. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Hillsdale, NJ. Erlbaum.

- DANCEY, Christine & REIDY, John. (2006). *Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows*. Porto Alegre, Artmed.

Fonte dos dados: Sugof/Suinf

Evolução dos resultados do Indicador:
Nome do Indicador: Alcance da Política de Preços Mínimos para o Extrativista (PGPM Bio)

Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do alcance da PGPM Bio

Tipo: Eficácia

Área Responsável: Sugof

Fórmula de cálculo e método de medição: $(Ea/Ep) * 100$ onde Ea=Número de Extrativistas alcançados; Ep= Nº de Extrativistas previsto. A PGPM Bio é uma política com o objetivo de manter o extrativista na floresta, com sua atividade e consequentemente evitando

Fonte dos dados: Sugof/Gebio

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011	Resultado nos anos anteriores		
	2010	2009	2008
100%			

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:

Nome do Indicador: Recomendações Técnicas da Conab para operacionalização de VEP atendidas em portaria interministerial

Objetivo do Indicador: Verificar a relação entre a quantidade de produto indicada pela Conab e a quantidade indicada em portaria.

Tipo: Eficácia

Área Responsável: Sugof/Geole

Fórmula de cálculo e método de medição: $(Qnt/Qp) * 100$ onde, Qnt= Quantidade de produtos em Nota Técnica e Qp=Quantidade de produtos indicada em Portaria interministerial. O resultado indica a consonância entre o trabalho técnico e as diretrizes do governo.

Fonte dos dados: Sugof/Suope

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011	Resultado nos anos anteriores		
	2010	2009	2008
100%			

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:

4 – Promoção do Abastecimento

4.1 - Atuação da Companhia.

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são

identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Em 2011 foram divulgadas as seguintes portarias:

- Portaria Interministerial n.º 67, de 21 de fevereiro de 2011 – PEP e PEPRO de arroz e feijão das safras 2010/2011 e 2011, até R\$200,0 milhões para o primeiro e até R\$50,0 milhões para o segundo;
- Portaria Interministerial n.º 408, de 12 de agosto de 2011 – PEP para o sisal bruto, da safra 2011/2012, produzido nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, até o valor de R\$20,0 milhões.
- Portaria Interministerial n.º 453, de 14 de setembro de 2011 – PEP e PEPRO para o trigo em grãos safra 2011, até o limite de R\$150,0 milhões.

Os recursos são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Nestas operações cabe à Conab a divulgação dos editais, a realização dos leilões, o recebimento e conferência dos documentos que comprovam a efetivação do escoamento dos produtos, de acordo com as normas constantes dos editais, e o pagamento das subvenções, posteriormente ao recebimento dos recursos financeiros do Ministério da Fazenda.

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos das seguintes ações orçamentárias:

- Ação Orçamentária “**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional, e,
- Ação “**Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**”, do Programa Resposta aos Desastres, do Ministério da Integração Nacional, que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando

reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

4.2 - Ações desenvolvidas

4.2.1 - Alienação dos Estoques da PGPM

a) Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado.

Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 21 estados mais o Distrito Federal, totalizando 228.272 toneladas de produtos, sendo: 227.322 toneladas de milho em grãos, 827 toneladas de farelo de arroz, 111 toneladas de quirera de arroz e 12 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 80.684 atendimentos.

Em função do aumento dos preços de milho em grãos ocorrido durante o ano de 2007, as vendas superaram as do ano anterior em 99,6%, reduzindo de forma substancial os estoques públicos e, em consequência, gerando menor comercialização em 2008. Em 2009, devido à queda dos preços nos mercados nacional e internacional e ao aumento da produção na Região Centro-Oeste, principalmente no Estado do Mato Grosso, a Conab atuou de forma intensiva absorvendo

grande parte do excedente e agregando mais de 4,1 milhões de toneladas de milho aos estoques públicos, permitindo que o Programa Vendas em Balcão ampliasse o atendimento aos compradores de pequeno porte, reduzindo os efeitos do contínuo aumento dos preços e da escassez do produto, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste.

Por se falar em Norte, esta Unidade Jurisdicionada comercializou, em Rondônia, através do Programa de Abastecimento Social – Venda em Balcão o quantitativo de 2.604 ton. de milho durante o exercício de 2011, o que gerou uma receita bruta de R\$ 1.140.773,43.

Comparativamente ao exercício anterior, pode-se observar que o quantitativo comercializado no presente exercício foi 71,203% maior que no exercício 2010. Por óbvio, a receita seguiu a mesma tendência de alta, onde, percentualmente, a mesma foi de 127,1217% superior ao exercício de 2010.

4.2.2 - Doação de Produtos Alimentícios

a) Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional – MDS.

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado ser necessário a continuidade da ação de atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidas por barragens (MAB), pescadoras artesanais e/ou outras em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

Por meio do Termo de Cooperação celebrado em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS repassou à Conab recursos orçamentários/financeiros no valor final de R\$ 61.847.808,64, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a operacionalização da distribuição de cestas de alimentos.

A aquisição dos alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA/OAN, Funai/Funasa, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR, MAB e MPA.

Em 2011, foram realizados 1.738.726 atendimentos a 396.769 famílias com distribuição de 42.419 toneladas de alimentos em 26 estados e no Distrito Federal.

Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de 11,1% no número de famílias atendidas, de 10,7% na quantidade de atendimentos e de 8,4% na quantidade de produtos distribuídos, conforme demonstrado no Quadro VII.

Quadro VII – Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - MDS

UF	Atendimentos Efetuados																		Total Geral					
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atendimentos Especiais			MAB			Indigenas			Pescadores Artesanais					
	N. ^o Fam.	N. ^o Atend.	Alim. Entregue (Kg)																					
RO	2.214	13.911	330	-	-	-	100	600	14	200	1.200	29	1.527	9.162	215	1.502	8.809	206	-	-	-	5.543	33.682	794

Fonte: Supab/Gepab

Durante o exercício de 2011, esta Unidade Jurisdicionada atendeu 2.214 famílias de acampados, 100 famílias de comunidades de terreiros, 200 atendimentos especiais, 1.527 famílias atingidas por barragem, 1.502 famílias indígenas totalizando 5.543 famílias que foram contempladas com doação de cestas de alimentos.

Ressaltamos que para atender toda essa demanda, a Sureg/RO dispôs de 794 Kg de alimentos.

b) Distribuição de alimentos a pessoas atingidas por desastres de qualquer natureza – MI

Em 2010 a Conab, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, distribuiu 119.579 cestas de alimentos a igual número de famílias correspondendo a 2.954 toneladas de alimentos.

Quadro VIII - Atendimento às Famílias em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – MI

UF	Atendimentos Efetuados												Total Geral							
	Emergência/Defesa Civil			Acampados			Quilombola			Atendimentos Especiais										
	N. ^o Fam.	N. ^o Atend.	Alim. Entregue (t)	N. ^o Fam.	N. ^o Atend.	Alim. Entregue (t)	N. ^o Fam.	N. ^o Atend.	Alim. Entregue (t)	N. ^o Fam.	N. ^o Atend.	Alim. Entregue (t)	N. ^o Fam.	N. ^o Atend.						
AL	5.900	5.900	132	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.900	5.900		
AM	5.000	5.000	138	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51	5.000	5.000	
AP	1.460	1.460	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.460	1.460	
BA	1.500	1.500	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.500	4.500	83	6.000	6.000			
CE	2.000	2.000	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000		
ES	3.000	3.000	73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	3.000		
MA	2.000	2.000	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000		
MG	1.630	1.630	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	1.630	1.630	
MS	2.000	2.000	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	
PA	3.540	3.540	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.540	3.540	
PB	11.000	11.000	267	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.000	11.000	
PE	11.300	11.300	264	12.642	12.642	274	210	210	5	2.148	2.148	98	26.300	26.300	-	-	-	-		
PI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	0	0	
PR	510	510	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	510	510	
RJ	7.149	7.149	121	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	7.149	7.149	
RN	1.000	1.000	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	
RR	10.000	10.000	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	10.000	
RS	7.085	7.085	171	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.085	7.085	
SC	21.005	21.005	588	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	21.005	21.005
SE	2.000	2.000	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	
TO	1.000	1.000	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	
Total	100.079	100.079	2.404	12.642	12.642	274	210	210	5	6.648	6.648	271	119.579	119.579	-	-	-	-	-	

Fonte: Dupab/Gepab

Face a inexistência de situações emergenciais que justificassem a atuação desta Superintendência, não houve necessidade de promover distribuição de alimentos de forma emergencial.

c) Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, para atendimento às demandas geradas pela populações em situação de insegurança alimentar, até 70,0 mil toneladas de feijão dos estoques públicos.

Durante o exercício foram distribuídas 21.212 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro IX – Demonstrativo da Distribuição de Feijão

UF	Quantidade (t)	Participação (%)
AL	639	3,01
AM	147	0,69
CE	2.526	11,91
DF	891	4,20
ES	2.201	10,38
GO	4.777	22,52
MA	87	0,41
MG	4.920	23,19
MS	17	0,08
MT	198	0,93
PA	886	4,18
PR	100	0,47
RJ	122	0,58
RN	564	2,66
RO	2	0,01
RR	634	2,99
RS	20	0,09
SP	2.444	11,52
TO	37	0,17
Total	21.212	100,00

Fonte: Supab/Gepri

Concernente a Sureg/RO, houve apenas a doação de 2 ton. de feijão conforme demonstração supra. Esse diminuto quantitativo distribuído deveu-se a baixa quantidade de excedentes desse produto nos estoques da Regional, devido a não necessidade de aquisição no exercício anterior.

c) Ajuda Humanitária Internacional

Além do atendimento à população brasileira, o governo tem empreendido esforços para ampliar sua assistência humanitária internacional com o objetivo de assistir países ou populações que se encontrem em situações de emergência, calamidade pública, convulsões sociais, catástrofes naturais ou causadas pelo homem, conflitos armados, insegurança alimentar aguda, risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários, aliando ações preventivas, emergenciais e estruturantes.

Com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), pelo Decreto Presidencial de 21 de junho de 2006, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e integrado, ainda, por outros 12 ministérios e palas Casa Civil, Secretaria-Geral e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foi aprimorada a capacidade de resposta brasileira a situações de calamidades socionaturais, por meio da estruturação de uma política externa humanitária, caracterizada pela coordenação interministerial, pela participação da sociedade civil, pela atenção permanente a uma gama muito mais diversificada de calamidades naturais e antropogênicas e pelo foco em desenvolvimento sustentável, que contempla também aspectos de prevenção e reconstrução.

A fim de agilizar ainda mais o envio de assistência humanitária, a Conab montou na Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, o Armazém Humanitário Internacional, onde ficam previamente estocadas 14 toneladas de alimentos prontos para consumo humano. Com a criação do Armazém o Governo brasileiro pretende atender, com a máxima urgência possível, às demandas humanitárias da comunidade internacional.

O envio de produtos aos países amigos teve início em 2004 tendo sido doadas, até 2011, 134.307 toneladas de diversos produtos alimentícios e 68.596 latas de sardinha, fiambre e óleo de soja. Os produtos doados podem ser adquiridos pela Conab no mercado, por meio de leilões públicos, ou adquiridos de agricultores familiares no âmbito do PAA.

Em 2011, foram doadas 86.793 toneladas de produtos alimentícios a 14 países e mais 2.172.500 unidades de sacaria para acondicionamento dos produtos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro X – Distribuição de Alimentos à outros Países

País	Produto (Em t)			Total	Participação %	Sacaria (unidade)
	Arroz	Feijão	Milho			
Chade	997	-	-	997	1,15	-
Córea do Norte	-	-	16.470	16.470	18,98	282.000
El Salvador	790	300	-	1.090	1,26	15.500
Equador	280	-	-	280	0,32	-
Etiópia	14.596	500	-	15.096	17,39	296.000
Guatemala	-	1.785	-	1.785	2,06	28.000
Haiti	15.000	9.543	-	24.543	28,28	366.000
Honduras	594	-	-	594	0,68	22.000
Moçambique	4.050	297	-	4.347	5,01	2.000
Nicaraguá	789	1.009	-	1.798	2,07	20.500
Somália	-	13.419	-	13.419	15,46	871.000
Sri Lanka	-	800	-	800	0,92	16.000
Sudão	-	3.537	-	3.537	4,08	22.500
Zimbábue	-	2.037	-	2.037	2,35	13.000
Quênia	-	-	-	-	-	218.000
Total	37.096	33.227	16.470	86.793	100,00	2.172.500

Fonte: Supab

Quadro XI – Ajuda Humanitária Internacional – Países Beneficiados / Período: 2004 - 2011

Produto	País (Em kg)																			Total					
	Bolívia	Chade	Coreia do Norte	Cuba	El Salvador	Equador	Etiópia	Faixa de Gaza	Guatemala	Guiana	Haiti	Honduras	Jamaica	Moçambique	Nicarágua	Paquistão	Paraguai	Peru	Somália	Sri Lanka	Sudão	Tailândia	Zâmbia	Zimbábue	
Arroz	19.510	997.000	-	19.612.180	790.900	286.620	14.595.800	-	1.800	7.090	30.290.360	10.594.300	205.400	4.049.600	789.000	8.700	12.180	26.100	-	-	5.000	-	82.291.540		
Feijão	7.910	-	-	3.600	300.000	2.493	500.000	-	1.785.000	3.545	9.558.476	-	1.080	300.500	1.009.000	-	3.654	7.824	13.419.400	800.000	3.536.700	-	3.500	2.037.000	33.279.682
Fubá de milho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.220	
Flocos de milho	1.305	-	-	-	-	960	-	3.500	-	709	2.220	-	-	-	-	900	-	-	-	-	-	-	-	9.594	
Farinha de mandioca	2.010	-	-	2.550	100	-	-	-	200	1.418	15.540	-	720	2.500	-	-	2.436	5.230	-	-	-	-	-	-	32.704
Farinha de trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500	-	-	-	-	-	-	-	-	24.000	-	-	-	25.500	
Açúcar	6.570	-	-	2.550	7.180	2.332	-	700	600	1.418	29.590	-	720	-	-	1.650	2.436	5.250	-	-	-	-	-	-	61.996
Macarrão	1.300	-	-	2.620	-	2.322	-	-	-	709	12.072	-	720	-	-	800	2.436	5.224	-	-	-	-	-	-	29.203
Leite em pó	1.300	-	-	707.530	5.460	2.161	-	700	800	709	726.232	300.000	300.720	-	-	1.050	2.436	5.224	-	42.000	-	-	-	-	2.096.322
Sal	1.020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.020
Milho em grãos	-	-	16.469.800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	16.472.800
Biscoito de água e sal	-	-	-	-	-	-	-	-	1.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.400
Biscoito maizena	-	-	-	-	-	-	-	-	700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	700
Macarrão instantâneo	-	-	-	-	-	-	-	-	595	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	595
Semente de hortaliças	-	-	-	-	930	-	-	-	150	-	350	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.430
Total (em kg)	40.925	997.000	16.469.800	20.331.960	1.103.640	296.888	15.095.800	7.745	1.788.400	15.598	40.638.560	10.894.300	509.360	4.352.600	1.798.000	13.100	25.578	54.852	13.419.400	866.000	3.536.700	7.000	6.500	2.037.000	134.306.706
Sardinha em lata	-	-	-	-	-	559	-	-	228	-	7.672	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.459
Fiambre em lata	-	-	-	-	-	1.376	-	-	560	-	18.885	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.821
Óleo de soja	4.600	-	-	2.540	400	322	-	-	600	1.418	18.460	-	720	-	-	1.600	2.436	5.220	-	-	-	-	-	-	39.316
Total (em lata)	4.600	0	0	2.540	2.335	322	0	788	600	1.418	45.017	0	720	0	0	1.600	2.436	5.220	0	0	0	1.000	0	68.596	

Fonte: Supab/Gepab

5 – Prestação de Serviços (Refere-se ao item 6 da DN TCU 108)

Em atividades classificadas como prestação de serviços, a Conab/Sureg-RO desenvolve apenas às relacionadas a serviços de armazenagem de produtos agrícolas.

5.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros

O quantitativo médio de estoque armazenado nas unidades armazenadoras de jurisdição da Conab/Sureg-RO apresentou aumento em toneladas de 18,75% em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2010. Alguns fatos podem ser considerados relevantes na justificativa dos aumentos observados como por exemplo, o aumento da produção agrícola, fato este que aumenta a necessidade de utilização de serviços da Conab por parte dos produtores. Tal acontecimento pode ser mais acentuadamente observado na região norte do município de Porto Velho, na divisa com o estado do Amazonas. Porém, no município de Cacoal, houve uma redução acentuada no armazenamento, que é justificada pelo o aumento da capacidade estática na rede privada de armazenagem, fato este que diminui a necessidade de utilização de serviços de terceiros por parte dos produtores, que por sua vez passaram a armazenar seus produtos em armazéns próprios

O detalhamento dos quantitativos podem ser melhor observados contemplando as informações que seguem no quadro abaixo.

Quadro XII – Demonstrativo de Estoque Médio

Unidade	Estoque Médio Armazenado (Em t)								
	2009			2010			2011		
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
Cacoal	1.511	66	1.577	336	20	356	430	4	434
Porto Velho	619	63	682	723	141	864	607	396	1.003
Vilhena	8	449	457	1	43	44	62	2	64
Total	2.138	578	2.716	1.060	204	1.264	1.099	402	1.501

Fonte: Suarm/Gearn

Em relação as receitas com produtos de terceiros, demonstradas no quadro abaixo, observamos que, em valores modulares, o decréscimo total observado de 2010 para 2011 foi de R\$ 66.533,56 para R\$ 64.123,52.

Tais valores corroboram com os dados supra apresentados quando apresentamos os demonstrativos de estoque médio referente a terceiros.

Quadro XIII – Demonstrativo de Receita com Produtos de Terceiros

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros (Em R\$)		
	2009	2010	2011
Sede-Sureg/RO	101,82	38,89	(59,75)
Cacoal	54.848,21	9.253,21	1.738,63
Porto Velho	56.106,48	48.357,56	54.570,26
Vilhena	35.810,90	8.883,90	7.874,38
Total-Sureg	146.867,41	66.533,56	64.123,52

Fonte: Demonstrativo de Resultado do Exercício

5.2 – Leilões Públicos de Produtos de Terceiros

A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realiza leilão eletrônico, utilizando recursos da tecnologia da informação, com a interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros, por intermédio do Sistema de Comercialização Eletrônica, para cumprimento de suas atividades finalísticas e para sua utilização por terceiros, como negociação de produtos agropecuários e insumos.

Esse tipo de operação acontece apenas na matriz da Conab, em Brasília/DF.

5.3 – Serviços de Classificação de Produtos para Terceiros

A Conab não realiza esse tipo de serviço, apenas possui contrato com entidades classificadoras. No estado de Rondônia, a classificadora oficial é a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - Idaron, com a qual a Conab/Sureg-RO mantém contrato.

5.4 – Principais Indicadores de Desempenho

Conforme já noticiado no item 3.3 do presente Relatório, os índices/indicadores ainda referentes a essa temática estão em fase de análise pelas áreas da Matriz, e, se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as Regionais nos exercícios futuros.

6 - Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação (Refere-se ao item 7 da DN TCU 108)

6.1 – Rede Armazenadora

6.1.1 – Rede Armazenadora Própria

Na Rede Armazenadora Própria sob a jurisdição da Conab/Sureg-RO estão em operação três unidades armazenadoras, compostas por cinco armazéns, com capacidade estática total 19.995 toneladas, em ambientes naturais, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Quadro XIV – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

UF	N.º Unidades	N.º de Armazéns	Capacidade (Em t)			Total
			Convencional	Granel	Frigorificada	
RO	3	5	19.995	0	0	19.995
Total	3	5	19.995	0	0	19.995

Fonte: Conab/Dirab/Suarm/Gerap

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

No exercício de 2011 foram investidos recursos da ordem de R\$41.532,01 (R\$32.552,61 em despesas correntes e R\$8.979,40 em despesas de capital) e inscritos em Restos a Pagar não Processados R\$19.318,00 referentes a investimentos que serão realizados no decorrer de 2012, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XV – Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria

Sureg	Unidade	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Totais		Total Geral
		Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital	
RO	Cacoal	32.552,61	2.268,83	19.318,00	0,00	51.870,61	2.268,83	54.139,44
	Porto Velho	0,00	1.590,93	0,00	0,00	0,00	1.590,93	1.590,93
	Vilhena	0,00	5.119,64	0,00	0,00	0,00	5.119,64	5.119,64
	Total Geral	32.552,61	8.979,40	19.318,00	0,00	51.870,61	8.979,40	60.850,01

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

6.1.1.1 – Posição dos Estoques Público - Armazéns Próprios

Quadro XVI - Demonstrativo Posição dos Estoques Público - Armazéns Próprios

UF	Produtos Agrícolas		Outros Produtos	
	Peso (kg)	Valor (R\$)	Quantidade (unid)	Valor
RO	2.624.353	1.948.295,71	68.090	137.500,30

Fonte: Suope/Gefoc e Suarm/Gearm

No fim do exercício, os estoques públicos depositados nas unidades armazenadoras próprias somava 2.624,353 toneladas e 68.090 unidades de diversos produtos (sacaria, equipamentos, estruturas e utensílios das barracas de comercialização de pescado etc).

6.1.1.2 – Serviços de Manutenção

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades, no entanto as unidades armazenadoras jurisdicionadas pela Conab/Sureg-RO serão certificadas apenas em 2016, conforme detalhado nos quadros XVII e XVIII a seguir.

Quadro XVII – Certificação das Unidades Armazenadoras – Previsão 2016

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2016		
CACOAL – RO		
Capacidade estática: 5.701	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		55.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		140.000,00
TOTAL		278.000,00

PORTO VELHO – RO		
Capacidade estática: 7.097	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Intermediária
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		525.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		140.000,00
Sistema de combate a incêndio		250.000,00
TOTAL		998.000,00
VILHENA – RO		
Capacidade Estática: 7.197	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Pavimentação		55.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		170.000,00
Sistema de combate a incêndio		180.000,00
TOTAL		453.000,00

Fonte: Supor, Suarm

6.1.2 – Rede Armazenadora Contratada

Para atendimento das necessidades de armazenagem dos estoques públicos, eventualmente ocorre a utilização dos serviços de armazenagem da rede privada, em especial no município de Vilhena, onde tem grande produção de grãos, os quais são armazenados à granel. Devido a unidade armazenadora da Conab possuir capacidade para armazenamento de grãos ensacados, os produtores preferem armazenar seus produtos em armazéns de terceiros.

Todos os armazéns credenciados pela Companhia devem atender aos requisitos definidos TÍTULO 08 – ARMAZENAMENTO - Documento 4 – Cadastramento, Credenciamento, Impedimento, Desimpedimento e Descredenciamento de Unidades Armazenadoras - COMUNICADO CONAB/MOC Nº 029, DE 28/12/2007, que tem como objetivo inicial identificar e cadastrar as unidades existentes no país, registrando suas características técnico-operacionais e suas capacidades estáticas, na conformidade estabelecida pelo Decreto n.º 3.855/2001.

Durante as operações de fiscalização, todos os armazéns que detêm estoque de produto do Governo Federal são avaliados e aqueles que não atendem aos requisitos são impedidos e até descredenciados, ficando todas estas avaliações registradas nos relatórios de fiscalização e nos cadastros dos respectivos armazéns.

Os armazéns que prestam serviços de armazenagem para a Companhia devem, obrigatoriamente, constar no Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - Ação (4702) , estarem devidamente credenciados e com Contrato de Depósito vigente. A relação dos armazéns credenciados e habilitados para operar com a Conab estão disponíveis para consulta no endereço <http://sisdep.conab.gov.br/consultaarmazemweb/>.

6.1.2.1 – Posição dos Estoques Público - Armazéns Terceiros

A Conab/Sureg-RO não possui saldo de produtos armazenados em armazéns de terceiros.

As restrições identificadas nos armazéns durante as operações de fiscalização são registradas na base de dados do SICARM - Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras e periodicamente é encaminhado relatório emitido pelo Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos – xFACWeb, para tomada de providências, listando os Estoques Públicos em Armazéns com Restrição Cadastral e/ou com Impedimento Técnico/Financeiro/Jurídico. O referido relatório visa subsidiar a gestão dos estoques públicos, à luz do que reza a Resolução Conab nº 030, de 18 de dezembro de 2002, que estabeleceu critérios de priorização para o escoamento de estoques públicos.

6.1.3 – Oferta Regional de Armazenagem

A Conab, realiza o Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem, por meio da Ação (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.

Persistem as dificuldades para adesão à renovação do novo contrato de depósito com a inclusão da Cláusula 27ª – Da Garantia, principal fator na queda acentuada de armazéns credenciados, tanto na quantidade quanto na capacidade estática.

Visando atenuar a resistência na renovação do Contrato, por meio do COMUNICADO CONAB/MOC N.º 016, DE 15/07/2011, foi incluído 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE DEPÓSITO (GUARDA E CONSERVAÇÃO) DE PRODUTOS E/OU EMBALAGENS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU DA CONAB E/OU VINCULADOS A PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS – VERSÃO IV DO PROCESSO CONAB Nº 0236/1992, onde foram acrescentadas na Cláusula 27ª – Da Garantia as *SUBCLÁUSULAS QUINTA e SEXTA, que possibilitam ao armazенador optar por oferecer caução em dinheiro com pagamento da garantia por meio da conversão de 50% dos créditos da remuneração devida à DEPOSITÁRIA pelos serviços prestados (Cláusula Quarta) e pela proporção de 50% do valor da sobretaxa que lhe é pago quinzenalmente (Cláusula Décima Sexta), até o limite de 5% do valor do produto(s) depositado(s).*

Quadro XVIII - Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada

Sureg	Capacidade Estática (t)					
	Cadastrada			Credenciada		
	2009	2010	Variação (%)	2009	2010	Variação (%)
RO	512.238	559.307	9,2	40.385	0	-100,0
Total	512.238	559.307	9,2	40.385	0	-100,0

Fonte: Gecad

As vistorias para alterações de dados cadastrais e novos cadastros tiveram volume reduzido, tendo em conta que não foram realizadas operações de subvenção ou de AGF em 2011, fatos que normalmente influenciam no interesse dos armazéndores atualizarem os cadastros para aumento de capacidade estática ou cadastrarem novas unidades.

Mesmo assim, as poucas vistorias realizadas demandaram menor despesa pois, sempre que possível, foram feitas por técnicos que participaram em operações de fiscalização ou de remoção, aproveitando o mesmo itinerário de viagem ou proximidade do armazém em que se realizava a remoção.

6.1.4 – Capacitação da Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

6.2 – Atividade de Fiscalização

A atividade objetiva a realização *in loco* de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Na Conab/Sureg-RO foram realizadas fiscalizações em 4 unidades. As atividades de fiscalização são realizadas dentro da Ação 2137.

Quadro XIX - Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	74	74	1.493	1.493
Contrato de Opção	32.362	32.362	946	939
Agricultura Familiar	-	-	459	459
Fome Zero	1.171	1.171	577	577
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	-	-	0	0
Terceiros	396	396	1.134	1.134
Total	34.003	34.003	4.609	4.602

Fonte: Gefis

6.2.1 – Quadro de Fiscais da Regional

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc.

Para realização das fiscalizações são formados equipes com dois fiscais, normalmente utilizam-se dois da Sureg. A Conab/Sureg-RO possui oito empregados habilitados para operações de fiscalização, porém seis deles ocupam atualmente cargos de gerentes e encarregados, restando, portanto, apenas dois empregados disponíveis para as operações de fiscalização, vistoria e acompanhamento de remoções.

Quadro XX – Relação de Fiscais da Regional

Empregado	Lotação
Davinson Mateus Miranda de Sousa	UA - Cacoal
Francisco Ivani Narciso	Sede Sureg-RO
Sander André Hartmann	UA - Vilhena
Anderson Conceição Gomes	Sede Sureg-RO
Erik Colares de Oliveira	Sede Sureg-RO
Adilson Valnieri	Sede Sureg-RO
Rosineide Nascimento Silva	Sede Sureg-RO
Edilson Cândido de L. Júnior	Sede Sureg-RO

Fonte: SUREG/RO-GEOSE

6.2.2 - Fiscalização dos Estoques Públicos

A fiscalização periódica, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das

unidades armazenadoras depositárias, foram fundamentais para a manutenção qualquantitativa dos estoques depositados em armazéns de terceiros.

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques - SUFIS estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Conab/Sureg-RO nos meses de abril/maio, setembro e novembro/dezembro.

Nas unidades armazenadoras vistoriadas na região sob jurisdição da Conab/Sureg-RO foram fiscalizadas cumulativamente 4.602 de toneladas de produtos conforme detalhado no quadro seguinte.

Em relação ao ano anterior registra-se uma queda de 86,46% no volume fiscalizado, isso aconteceu em razão da redução dos estoques públicos e nas aquisições governamentais.

Quadro XXI - Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas em Rondônia

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil (t)	Estoque Fiscalizado (t)	Estoques Contábil (t)	Estoque Fiscalizado (t)
AGF	74	74	1.493	1.493
Contrato de Opção	32.362	32.362	946	939
Agricultura Familiar	-	-	459	459
Fome Zero	1.171	1.171	577	577
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	-	-	0	0
Terceiros	396	396	1.134	1.134
Total	34.003	34.003	4.609	4.602

Fonte: Gefis

6.2.2.1 – Perdas

Em Rondônia foram registradas apenas perdas quantitativas (perdas em armazenagem) de 6 toneladas de milho, conforme quadro a seguir.

Quadro XXII - Demonstrativo de Perda de Milho para Rondônia

Produto	Ocorrência (Em t)				Total	
	Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas			
	AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem		
Milho	0	0	0	6	6	
Total	0	0	0	6	6	

Fonte: Gefis

Não houve cobrança, pois as perdas ocorridas foram em Unidades Armazenadoras próprias da Conab.

6.2.2.2 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

Em 2011 foi realizada por fiscais da Matriz e das Regionais, a fiscalização de 3.481 operações de comercialização (PEPRO, PEP, VEP, Vendas em Balcão, Subvenção aos extrativistas) e de apólices de seguro rural, esta em atendimento à solicitação do MAPA.

Em Rondônia foram realizadas 28 fiscalizações de VEP, conforme quadro a seguir:

Quadro XXIII - Demonstrativo de Fiscalização realizada em Rondônia

Discriminação	Exercício			
	2008	2009	2010	2011
Vendas em Balcão	-	-	-	72
PEP	-	1	-	28
Total	0	1	0	100

Fonte: Gevep

6.2.3 – Avaliação Física e Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Vale destacar que Rondônia obteve apenas 11 ocorrências, o que equivale a 0,41% do total.

6.2.4 – Fiscalizações da Operações de Garantia e Sustentação de Renda

a) Fiscalização dos Instrumento de Apoio à Comercialização

Objetiva realizar a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de renda, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

Em 2011 foi realizada por fiscais da Regional, a fiscalização de 100 operações de comercialização (PEP e Vendas em Balcão).

Em Rondônia foram realizadas 28 fiscalizações de PEP, conforme quadro a seguir:

Quadro XXIV - Demonstrativo de Fiscalização por Instrumento 2008/2011

Discriminação	Exercício			
	2008	2009	2010	2011
Vendas em Balcão	-	-	-	72
PEP	-	1	-	28
Total	0	1	0	100

Fonte: Gevep

6.2.5 – Descredenciamento de Armazéns

Em Rondônia, não houve descredenciamento de armazéns.

6.3 – Remoção de Produtos

6.3.1 – Remoção de Produtos dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estratégicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Em 2011 Foi contratada remoção para a movimentação de 4.000 toneladas de milho em grãos, originado do Mato Grosso, vinculados à PGPM, sendo removidas 1.977,12 toneladas em 2011. A contratação ocorreu via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros.

A realização da remoção teve como motivo principal o atendimento do Programa Vendas em Balcão e/ou motivadas por um dos fatos geradores previstos no TÍTULO 13 – MOVIMENTAÇÃO DE ESTOQUES DA CONAB - COMUNICADO CONAB/MOC Nº 016, DE 16/06/2006.

As quantidades contratadas e removidas estão detalhadas no quadro a seguir.

Quadro XXV - Remoções de Produtos dos Estoques Públicos - PGPM

Origem	Destino	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
MT	RO	4.000.000	1.977.120	-	-	2.022.880

Fonte: Supor, Suarm

As remoções para os estados das Regiões Norte e Nordeste, norte do Estado de Minas Gerais e os estados do Espírito Santo e Santa Catarina foram justificadas por meio da Nota Técnica Supab n.º 03/2011, anexa ao Voto Dirab n.º 8/2011 e aprovada na 991º Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Conab, em 13 de abril de 2011, conforme detalhado a seguir.

•Rondônia - para atendimento aos 1.335 clientes cadastrados, principalmente de pequenos produtores do setor suinocultor, a Conab/Sureg-RO solicitou a remoção de 4.000 toneladas de milho destinadas às Uás de Porto Velho, Cacoal e Vilhena. A partir dos estoques disponíveis em armazéns localizados nos municípios de Lucas do Rio Verde e Campos Novos de Parecis, a Conab contratou a remoção do quantitativo solicitado, com remoção efetiva, até o fim do exercício, de 1.977 toneladas.

6.3.2 – Remoção de Produtos do MDS

Em atendimento às solicitações do MDS foi contratada a remoção de 99,576 toneladas de cestas de alimentos, de produtos alimentícios para a formação de cestas ou para retirada de estoques dos pólos de compra, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro XXVI – Demonstrativo de Contratação de Remoção de Produtos do MDS

UF		Valores (R\$)		Quantidades (kg)						
		Origem	Destino	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
RO	AC			9.224,88	9.224,88	99.576	99.576	-	-	-
	Subtotal			9.224,88	9.224,88	99.576	99.576	-	-	-

Fonte: Suarm e Supor

6.3.3. - Aquisições de Produtos Agrícolas

No âmbito da Sureg-RO, a meta estabelecida de aquisição de 1.000 toneladas de produtos não foi materializada em conformidade com o previsto, sendo que, apenas 2 toneladas de Feijão.

6.4 – Principais Indicadores de Desempenho

Esses índices/indicadores ainda estão em fase de análise pelas áreas da Matriz. Se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade e se julgados necessários e suficientes serão estendidos para as Regionais nos exercícios futuros.

A título de conhecimento, segue abaixo demonstrativo dos indicadores em fase de construção.

Nome do Indicador: Custo de Cadastramento de Unidade Armazenadora				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo com cadastramento por UF				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: C/AC, onde: C=Custo de Cadastramento; AC=Armazéns Cadastrados. Variáveis consideradas no Custo: diárias, passagens, despesas com locomoção e material de consumo. A unidade de medida é R\$ por Armazém cadastrado comp				
Fonte dos dados: Siafi e Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011	Resultado nos anos anteriores			
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise e crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Número de Armazéns Cadastrados por Equipe				
Objetivo do Indicador: Avaliar o Desempenho da Equipe de Cadastramento				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gerente da Gecad				
Fórmula de cálculo e método de medição: AC/TE, onde: AC=Armazéns cadastrados e TE=Total de equipe. A equipe é composta por duas pessoas. A periodicidade é anual, com base geográfica por UF e Brasil.				
Fonte dos dados: Gecad				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011	Resultado nos anos anteriores			
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Análise e crítica do resultado do indicador em 2011:				
Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem				
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem				
Tipo: Eficiência				
Área Responsável: Gearm				
Fórmula de Cálculo e método de medição: Valor em R\$ milhões. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil. Periodicidade: Trimestral e anual.				
Fonte dos dados: Gearm				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011	Resultado nos anos anteriores			
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				
Análise e crítica do resultado do indicador em 2011:				

Nome do Indicador: Receita operacional obtida com serviços de armazenagem

Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da receita obtida com serviços de armazenagem

Tipo: Eficiência

Área Responsável: Gearm

Fórmula de Cálculo e método de medição: $(Rt/Rt-1) * 100$ onde: Rt=Receita no ano atual e Rt-1=Receita no ano anterior. Receita operacional inclui serviços de recepção/expedição, pesagem, limpeza, secagem e taxas diversas. Base geográfica: UF e Brasil Período: Anual

Fonte dos dados: Gearm

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
não definida				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Participação de produtos do governo no estoque, em Unidades Armazenadoras Próprias

Objetivo do Indicador: Avaliar a composição dos estoques em Unidades Armazenadoras Próprias

Tipo: Eficácia

Área Responsável: Gearm

Fórmula de Cálculo e método de medição: $(Pg/E) * 100$ onde Pg=Produtos do governo e E=Estoque. Os produtos do governo incluem grãos e produtos processados. Estoque inclui grãos e produtos processados, de governo e de terceiros. Base geográfica: UF e Brasil Período: Anual

Fonte dos dados: Gearm

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
a definir				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Deságio em leilões de frete

Objetivo do Indicador: Verificar o deságio em cada operação de frete, uma vez que o sistema é voz (-), ou seja, lances menores.

Tipo: Eficiência

Área Responsável: Gerente da GEMOV

Fórmula de cálculo e método de medição: $[(PF/PA)-1] * 100$, sendo: PF=Preço de fechamento, PA=Preço de abertura. No leilão de frete a Conab estipula um preço de abertura baseado na mediana entre a planilha de frete da Conab, a planilha de frete da NTC e na p

Fonte dos dados: Gemov

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
(PA-PF) máxima				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Relação entre quantidades contratada e removida

Objetivo do Indicador: Analisar a eficiência das remoções

Tipo: Eficiência

Área Responsável: Gerente da GEMOV

Fórmula de cálculo e método de medição: $(QR/QC) * 100$, sendo QR=Quantidade Removida; QC=Quantidade Contratada O indicador reflete as condições em que as Unidades Armazenadoras de origem guardam os produtos do Governo Federal, bem como as condições de receb

Fonte dos dados: Gemov

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Quantidade de Unidades Armazenadoras Fiscalizadas

Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade de unidades armazenadoras fiscalizadas/ Fiscais/ Etapa

Tipo: Eficiência

Área Responsável: Gefis e Gevep

Fórmula de cálculo e método de medição: UAf/F onde: Uaf=Nº de Unidades Armazenadoras fiscalizadas e F=nº de fiscais; Base geográfica: UF e Brasil, Periodicidade: Mensal/ Anual.

Fonte dos dados: Sufis/Gefis

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:

Nome do Indicador: Quantidade de produtos fiscalizados

Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução da quantidade do estoque fiscalizado ao longo do ano

Tipo: Eficácia

Área Responsável: Gefis e Gevep

Fórmula de cálculo e método de medição: $(Pf/Ec) \times 100$ onde: Pf=quantidade de Produtos Fiscalizados e Ec=total do Estoque contábil Base geográfica: UF e Brasil.

Periodicidade: Mensal/Anual

Fonte dos dados: X=Sufis/Gefis Y=XFac

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Índice de desvios de produtos armazenados

Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais

Tipo: Efetividade

Área Responsável: Gefis e Gevep

Fórmula de cálculo e método de medição: $(DA/Ef) \times 100$ onde DA=total de Desvios Apurados (ton) e Ef=total de Estoque fiscalizado (ton) Base geográfica: UF e Brasil.

Periodicidade: Mensal/ Anual

Fonte dos dados: Sufis/Gefis

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Evolução do Custo da Fiscalização

Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução dos custos da fiscalização em relação ao ano anterior

Tipo: Economia

Área Responsável: Gefis e Gevep

Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Dt/Dt-1)-1] \times 100$ onde: Dt=Despesas no ano corrente (R\$) e Dt-1=Despesas no ano anterior. O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros)

Fonte dos dados: Sufis/Gefis

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Custo médio do estoque fiscalizado

Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do custo médio da Fiscalização

Tipo: Eficiência

Área Responsável: Gefis e Gevep

Fórmula de cálculo e método de medição: Df/Qf , onde: Df=Despesas da fiscalização (R\$) e Qf=Quantidade fiscalizada (ton) O custo envolve despesas correntes(diárias, material de consumo, passagens e despesa com locomoção e serviços de terceiros). Base g

Fonte dos dados: Sufis/Gefis

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Economia potencial gerada pela fiscalização

Objetivo do Indicador: Acompanhar a economia proporcionada pela fiscalização

Tipo: Efetividade

Área Responsável: Gefis e Gevep

Fórmula de cálculo e método de medição: $PD * Pme / Df$ onde: PD=Perdas e Desvios ocorridos (ton) Pme=Preço médio do produto e Df=Total de Despesas com a fiscalização.

Despesa potencial é o valor de perdas e desvios ocorridos e detectados pela fiscalização e

Fonte dos dados: Sufis/Gefis

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:

7.1 - Levantamento de Safras

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato de Opção, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto – VEP, Programa de Venda Balcão e, dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante os Levantamentos de Safras Agrícolas realizados pela Conab, são de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas, atividade que vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação, fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas destinados ao consumo humano, animal e industrial, obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrupa estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam no segmento agro-produtivo, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

As atividades para realização do levantamento de safra são desenvolvidas dentro da Ação 4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras e são coordenadas pela SUINF - Superintendência de Informações do Agronegócio, subordinada a Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI.

Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

Como resultado final dos levantamentos, o resumo das informações dos principais produtos da região agrícola sob jurisdição da Sureg-RO, a título de registro, compõem o quadro seguinte.

**Quadro XXVII - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola –
Safra 2009/10 e 2010/11**

Produto	ÁREA (Em mil ha)				PRODUÇÃO (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão								
Amendoim total								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	69,3	71,1	2,6	1,8	169,1	184,5	9,1	15,4
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	58,2	46,7	-19,8	-11,5	13,7	31,1	127,0	17,4
Feijão 1ª safra								
Feijão 2ª safra	58,2	46,7	-19,8	-11,5	13,7	31,1	127,0	17,4
Feijão 3ª safra								
Girassol								
Mamona								
Milho total	166,6	149,7	-10,1	-16,9	374,1	350,9	-6,2	-23,2
Milho 1ª safra	104,8	93,7	-10,6	-11,1	214,7	203,6	-5,2	-11,1
Milho 2ª safra	61,8	56,0	-9,4	-5,8	159,4	147,3	-7,6	-12,1
Soja	122,3	132,3	8,2	10,0	384,3	425,3	10,7	41,0
Sorgo								
Trigo								
Triticale								
Total RO	416,4	399,8	-4,0	-16,6	941,2	991,8	5,4	50,6

Fonte: Supor, Geasa

**Quadro XXVIII - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola –
Safra 2010/11 e 2011/12**

Produto	ÁREA (Em mil ha)				PRODUÇÃO (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão								
Amendoim total								
Amendoim 1ª safra								
Amendoim 2ª safra								
Arroz	71,1	71,1	0,0	0,0	184,5	164,2	-11,0	-20,3
Aveia								
Canola								
Centeio								
Cevada								
Feijão total	46,7	46,7	0,0	0,0	31,1	31,8	2,3	0,7
Feijão 1ª safra								
Feijão 2ª safra	46,7	46,7	0,0	0,0	31,1	31,8	2,3	0,7
Feijão 3ª safra								
Girassol								
Mamona								
Milho total	149,7	149,7	0,0	0,0	350,9	360,1	2,6	9,2
Milho 1ª safra	93,7	93,7	0,0	0,0	203,6	197,7	-2,9	-5,9
Milho 2ª safra	56,0	56,0	0,0	0,0	147,3	162,4	10,3	15,1
Soja	132,3	134,9	2,0	2,6	425,3	418,2	-1,7	-7,1
Sorgo								
Trigo								
Triticale								
Total RO	399,8	402,4	0,7	2,6	991,8	974,3	-1,8	-17,5

Fonte: Supor, Geasa

7.2 - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Para subsidiar o setor agropecuário e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar, a Conab disponibiliza um conjunto de informações composto de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres. Também integra esse conjunto, o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Técnicos da Sureg-RO participaram de levantamentos e pesquisas de custo de máquinas/insumos e de produção de aves e suínos, gerando custos que somaram R\$ 2.205,15, informações estas que foram repassadas a área de coordenação da Ação (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar na Matriz.

8 – Gestão de Pessoas (Refere-se ao item 11 da DN TCU 108)

8.1 – Distribuição de Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011, foi anistiando 01 empregado.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados no exercício em tela 05 remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas da SUREG/RO.

8.2 - Comunicação Interna.

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

8.3 – Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação-Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões; e
- Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim té o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

8.4 – Capacitação de Pessoal

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1º de março de 2011, e Resoluções n.ºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteada pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas-Digeri), no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o de desenvolvimento futuro dos

empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz, Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78.

a) Quanto ao número de treinandos

O quadro a seguir apresenta o comparativo entre os resultados alcançados nos exercícios de 2010 e 2011.

Quadro XXIX – Treinamento, por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Torre de carga/horária por participante
Administrativa	35	268	7,66
Auditoria	0	0	-
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	12	974	81,17
Financeira	0	0	-
Gerencial	0	0	-
Informática	1	120	120
Jurídica	0	0	-
Operacional	0	0	-
Planejamento	27	1.074	39,78
Qualidade	0	0	-
Total	75	2.436	32,48

Fonte: Gecap

Em 2011 foram treinados 75 empregados com decréscimo de aproximadamente 18,66% sobre a quantidade do ano anterior, em função da diminuição do número de treinandos em quase todas as áreas, destacando-se a de Educação e Desenvolvimento e de Planejamento. A redução só não foi maior devido à participação de grande número de empregados em palestras relativas à disseminação de conhecimentos pelos empregados participantes dos cursos de pós-graduação.

b) Resultados Alcançados

Os resultados a seguir detalhados envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia e que a metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, estendendo-se a partir de 2012 para as Regionais.

Dentro do contexto organizacional relacionado à implementação dos treinamentos previstos no PEC-2011 foi proposto, para a monitoração do referido Plano, os indicadores de desempenho classificados e integrados de acordo com o tipo (produto ou processo) e amplitude (estratégico, gerencial e operacional) conforme quadro abaixo, permitindo avaliar e propor melhorias no modelo de gestão educacional da Companhia.

Quadro XXX - Indicadores de Capacitação

Amplitude Tipo	Indicador	Descrição	Meta	Resultado
Estratégico Produto	Impacto do Treinamento no Trabalho (Implantar processo de Avaliação do Retorno do Investimento ROI)	Percentual de impacto do treinamento no trabalho (alcance dos objetivos específicos do treinamento e aumento do desempenho do treinando) bem como justificar o retorno do investimento	Maior ou igual a 40% dos cursos avaliados, com grande impacto (cursos fechados)	Não foi possível a implantação do ROI, uma vez que dependemos de outro órgão.
Gerencial Processo	Implantação do PEC 2011	Percentual de Ações Educacionais constantes do PEC que foram implementadas no corrente ano	900,00%	60% implementadas
Operacional Produto	Satisfação do Treinando com os Treinamentos	Satisfação dos treinandos com o desempenho do instrutor, a qualidade institucional, o ambiente da ação educacional e a coordenação	Maior ou igual a 80%	Da amostra pesquisada foi alcançado um resultado de 85%.
Gerencial Processo	Investimento de Horas em Educação	Média de horas que cada colaborador dedica a ações educacionais	12 horas anuais	Ultrapassou a meta, alcançando a média de 15h20 ano, por treinando
Gerencial Produto	Incremento de Conhecimento de	Percentual de acréscimo de conhecimento final (incremento de aprendizagem)	Acréscimo de até 50%	Alcançou 63%

Fonte: Sumoc/Gecap

As ações educacionais que integram o PEC 2011 sofreram corte na realização dos eventos, tendo em vista o contingenciamento orçamentário, que limitaram a realização de atividades de treinamento e desenvolvimento fora da área de lotação dos empregados.

No entanto, a tabulação das avaliações de reação aplicadas aos treinados após a participação dos empregados nos cursos/eventos realizados pela Matriz e Regionais, por amostragem, demonstra que a Companhia conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2011, conforme demonstrado a seguir.

8.4.1 – Palestras

Foram tabuladas 38 palestras, totalizando a participação de 799 empregados da Matriz e Regionais, que responderam sobre as seguintes questões:

Quadro XXXI – Ações das Palestras Ministradas

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraçao	Regular	Bom	Ótimo
Domínio do tema pelo palestrante	-	0,88%	5,22%	33,77%	60,11%
Metodologia apresentada	-	1,22%	8,00%	41,77%	49,00%
Atendimento da expectativa	0,55%	1,44%	14,11%	38,22%	45,55%
Conceito geral do evento	-	1,44%	9,88%	38,00%	50,65%

Fonte: Sumoc/Gecap

Constata-se, pelos dados acima que na maioria das Palestras realizadas conseguiu-se atingir a expectativa dos participantes, totalizando cerca de 83,77% entre os conceitos “Bom” e “Ótimo”.

8.4.2 – Treinamentos

Foram tabulados, por amostragem, cerca de 179 treinamentos, totalizando a participação de 1.486 empregados, que responderam aos questionários de avaliações, sobre as seguintes questões.

Quadro XXXII – Avaliações dos Treinamentos

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraçao	Regular	Bom	Ótimo
Coordenação/Organização	-	0,32%	5,00%	44,76%	48,50%
Aplicabilidade do assunto	0,35%	1,18%	11,25%	25,33%	61,93%
Conceito final do instrutor	6,25%	-	2,44%	32,43%	58,88%
Conceito geral do treinamento	-	-	13,38%	42,18%	44,42%

Fonte: Sumoc/Gecap

A análise dos dados obtidos permite concluir que a maioria dos treinamentos realizados alcançaram bons resultados, concentrando, em todos os quesitos, mais de 85% nos conceitos “Bom” e “Ótimo”, destacando-se o item Coordenação/organização com 93,26% entre esse conceitos.

8.4.3 – Da aprendizagem obtida

Quadro XXXIII – Avaliação da ampliação de conhecimentos obtidos nas Palestras e Treinamentos

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraçao	Regular	Bom	Ótimo
Conhecimento -Antes	2,66%	12,72%	55,19%	29,39%	-
Conhecimentos - Após	-	-	7,24%	50,02%	42,73%

Fonte: Sumoc/Gecap

Infere-se que antes da realização dos eventos o grau de conhecimento dos empregados encontrava-se cerca de 70% entre os níveis “Insuficiente” a “Regular”, enquanto os níveis “Bom” e “Ótimo” estavam em torno de 30%; Após os eventos, a graduação de “Insuficiente” a “Regular” foi reduzida para 7%, ao passo que o somatório dos intervalos “Bom” e “Ótimo” passou para 93%, caracterizando com isso a ocorrência de um acréscimo de aprendizagem em torno de 63% nas atividades de treinamento promovidas pela Companhia. Portanto, a meta de incremento de aprendizagem foi superada.

8.5 – Composição e Custos de Pessoal Ativo

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

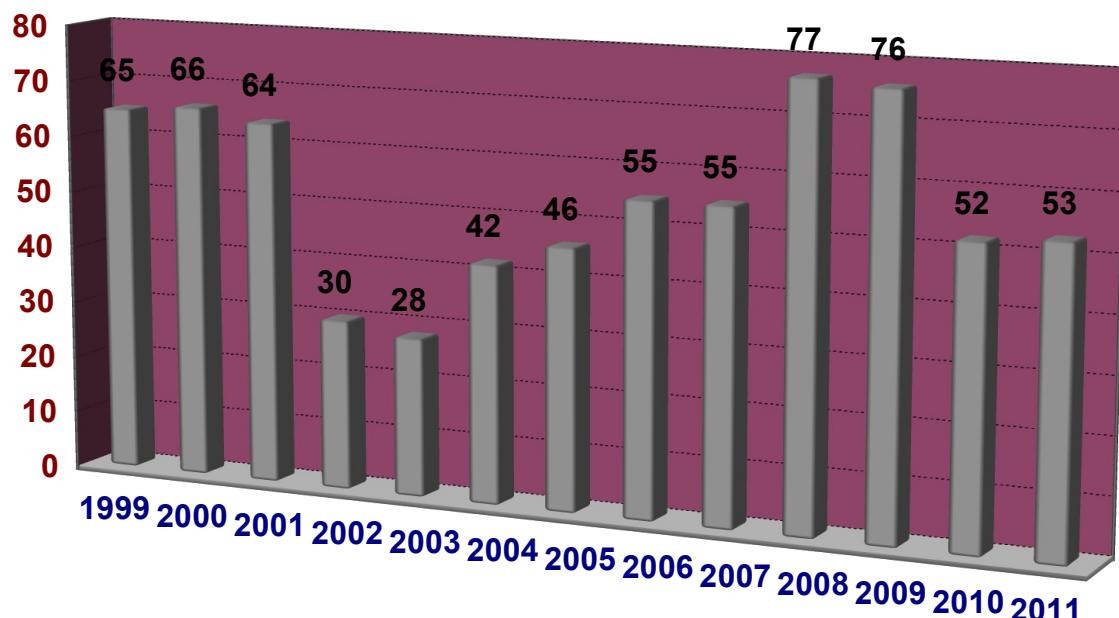
No fim do exercício, a SUREG/RO contava com 53 empregados.

Quadro XXXIV – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	RO		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	52	53	1
Assessores (contrato especial)	0	0	-
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	0	0	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0	-
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	0	0	-
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	0	0	-
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	0	0	-
Assessores (Contrato Especial) Requisitado	0	0	-
Licença para cargo eletivo com vencimentos	0	0	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	0	0	-
Contrato suspenso / licença particular	0	0	-
Pensão Vitalícia	0	0	-
Total	52	53	1

Fonte: Dirad/Sureh

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados, no qual se verifica redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição, atingindo em 2011, crescimento de 89,28% em relação àquele ano, em consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público, pelo retorno de empregados por decisão judicial e de anistiados pela Lei n.º 8.878/94.

Figura XII – Evolução do Número de Empregados


Fonte: Dirad/Sureh

Do quadro de empregados, 22 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 41,50% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

**Quadro XXXV - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2011**

Discriminação	Quantidade de Empregados			Variação	
	Matriz		31/12/11		
	31/12/10				
Contrato Padrão		30	31	1	
Reintegrado (Transitado)		1	1	-	
Reintegrado Liminar		0	0	-	
Anistiado (Transitado)		4	4	-	
Anistiado (Liminar)		0	0	-	
Anistiado (Lei 8878/94)		17	17	-	
Total		52	53	1	

Fonte: Sutin/Gesof

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 18,86% do total da força de trabalho, nível médio 30,18%, enquanto que os de nível auxiliar representam 50,94% do total.

Neste contexto, podemos visualizar a necessidade de contratação de mão de obra com qualificações específica, objetivando compor às áreas da Regional de Rondônia, para melhorar sua atuação junto a sociedade a qual prestamos relevantes serviços.

Quadro XXXVI – Demonstrativo por Nível de Enquadramento

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	9	12	10	0	31
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	0	1	0	0	1
Reintegração judicial (liminar)	0	0	0	0	0
Readmissão-Anistia (Transitado em julgado)	3	1	0	0	4
Readmissão-Anistia (liminar)	0	0	0	0	0
Anistiado (Lei 8.878/94)	15	2	0	0	17
Total	27	16	10	0	53

Fonte: Sutin/Gesof

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 13 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional desses empregados.

Quadro XXXVII – Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	5	2	19	9	2	1	0	0	38
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira			5	2	19	9	2	1			38
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença											0
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	4	6	4	1	0	0	15
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas					4	6	4	1			15
3. Total	0	0	5	2	23	15	6	2	0	0	53

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sutin/Gesof

Em se tratando de casos específicos que contribuem para a redução da força de trabalho, registramos a inexistência de situações afetas a esse tema.

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo verifica-se a existência de 28 empregados (52,83% do número do quadro de pessoal) com de 50 anos de idade, dentre estes, 21 empregados estarão em processo de aposentadoria nos próximos 4 anos. No final do exercício havia 4 empregados aposentados que mantinham contrato de trabalho com a Conab.

Quadro XXXVIII – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa									Participação (%)	
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	>40		
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
26 a 30	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1,89
31 a 35	1	2	0	0	0	0	0	0	0	3	5,66
36 a 40	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	3,77
41 a 45	2	2	0	0	0	0	0	0	0	4	7,55
46 a 50	6	0	1	0	3	7	0	0	0	17	32,08
51 a 55	3	2	0	0	0	3	2	0	0	10	18,87
56 a 60	1	2	3	0	0	4	3	1	0	14	26,42
61 a 65	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2	3,77
66 a 70	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Mais de 70	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Total	16	9	4	0	3	14	6	1	0	53	-

Fonte: Dipai/Sutin

8.5.1 – Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício, ocorreu 01 (uma) admissão por força da Lei de Anistia e nenhuma demissão. Foi recebido 01 (um) empregado por transferência da SUREG/MS e transferido 01 (um) empregado para SUREG/AC.

Registra-se também, que no intuito de otimizar a mão de obra que antes era utilizada para realização apenas de serviços gerais, foram realizadas transferências internas de Setor, abrangendo 05 empregados, que atualmente, em nosso entendimento, são melhor aproveitados.

8.5.2 – Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

8.5.3 – Recomposição do Quadro de Pessoal

Está prevista para 2012 a realização de concurso público para preenchimento de 155 vagas de analistas de nível superior, na Matriz, e a criação de cadastro reserva para reposição futura quando da abertura de novas vagas. Dessa quantidade, 60 vagas estão reservadas para a área de informática, em substituição à mão de obra até então contratada via PNUD..

8.5.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados, a SUREG/RO contava com estagiários de nível superior e 01 de nível médio, com custo anual de R\$ 135.281,37 (salário e auxílio transporte), no exercício de 2011.

Quadro XXXIX– Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escalaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre			
Nível Superior	15	18	16	15			
Área Fim	7	7	8	7			
Área Meio	8	10	8	8			
Nível Médio	1	1	0	0	19	15	135.281,37
Área Fim	1	1	0	0			
Área Meio	0	0	0	0			
Total	16	19	16	15	19	15	135.281,37

Fonte: SUREG-RO/Gefad/SEADE

8.5.5 – Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Superintendência Regional de Rondônia foi de R\$ 5.009.482,95, com crescimento de 2,97% sobre o valor de 2010.

Quadro XL - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

Detalhamento da Despesa	Exercício		
	2009	2010	2011
(-) DESPESAS DE PESSOAL	4.382.078,97	4.864.641,22	5.009.482,95
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	2.915.578,14	3.466.413,46	3.542.396,18
331901101 VENCIMENTOS E SALARIOS	1.584.299,18	1.826.971,94	1.802.926,21
331901105 INCORPORACOES	92.196,73	115.506,52	123.312,12
331901110 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	548	102	648
331901131 GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGOS	65.000,00	0	0
331901133 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	457.350,71	561.495,61	636.083,17
331901137 GRATIFICACAO POR TEMPO DE SERVICO	210.324,01	225.715,20	260.067,93
331901143 13 SALARIO	224.745,62	265.792,64	307.951,88
331901144 FERIAS - ABONO PECUNIARIO	65.130,21	73.905,69	79.976,99
331901145 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	66.834,94	75.481,35	86.279,93
331901146 FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	99.358,47	96.918,59	129.870,26
331901147 LICENCA-PREMIO	61.710,23	185.748,79	126.004,48
523170203 CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVidores	56.986,86	46.305,12	46.582,76
623170203 (-)CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVidores	-51.266,71	-36.049,11	-63.618,56
523310701 PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	203.821,22	244.143,18	262.357,96
623310701 (-)PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	-203.100,57	-240.895,58	-262.357,96
523310702 PROVISAO PARA FERIAS	349.739,04	421.322,60	424.228,42
623310702 (-)PROVISAO PARA FERIAS	-326.858,49	-346.820,57	-383.544,94
523170502 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - NAO FINANCEIROS	196.743,85	204.159,35	243.464,38
613120500 (-)ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-237.985,16	-253.389,86	-277.836,85
OBRIGACOES PATRONAIS	1.047.698,97	1.236.094,92	1.273.478,21
331901301 F.G.T.S.	238.986,52	262.026,41	241.784,81
331911304 CONTRIBUICAO DE SALARIO EDUCACAO	74.652,24	81.834,56	86.032,66
523310708 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISOES	170.838,34	241.025,27	252.142,41
623310708 (-) ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISOES	-162.505,47	-203.926,20	-237.134,64
331911302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	695.866,23	762.789,91	801.821,91
331911309 SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	29.861,11	92.344,97	128.831,06
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	173.483,13	161.606,20	143.187,91
331901632 SUBSTITUICOES	28.174,66	36.313,00	25.442,71
331909201 DESP.EXERCICIOS ANTERIORES-ATIVO CIVIL	0	0	259,18
331901644 SERVICOS EXTRAORDINARIOS	17.644,47	7.615,80	566,69
333904901 INDENIZACAO AUXILIO-TRANSPORTE	71.644,00	65.114,20	68.028,93
331900801 AUXILIO FUNERAL ATIVO CIVIL	6.700,00	0	0
333900850 AUXILIO ESCOLA-ACORDO COLETIVO	4.800,00	6.240,00	6.000,00
333900849 AUXILIO DEFICIENTE - ACORDO COLETIVO	14.280,00	16.374,40	15.850,80
333900855 AUXILIO CRECHE	30.240,00	29.948,80	27.039,60
SENTENCAS JUDICIARIAS E DEP.COMPULSORIOS	245.318,73	526,64	50.420,65
331909132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CAR.UNICO-ATIVO CIVIL	192.077,27	0	32.150,73
331906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	43.387,33	42.802,35	15.580,00
331909106 SENTENCAS JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR	289,7	0	0
331919132 SENT.JUDIC.TRANS.JULG.CART.UNICO-ATIVO CIVIL	35.970,42	0	0
333906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	0	0	957,69
523170602 RECURSOS VINCULADOS	16.981,34	13.148,54	17.312,23
613120300 (-)DEPOSITOS REALIZAVEIS VINCULADOS	-43.387,33	-55.424,25	-12.580,00
623170602 (-)RECURSOS VINCULADOS	0	0	-3.000,00

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DRE

8.5.6– Mão de Obra Terceirizada

Quadro XLI - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante												
Nome:Companhia Nacional de Abastecimento – Conab/RO												
UG/Gestão: 2239 CNPJ: 26.461.699/0383-15												
Informações sobre os contratos												
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						
						F	M	S			Sit.	
						Início	Fim	P	C	P	C	
2008	V	O	04/2008	05.562.593/0001-01	01/07/08 30/06/11			14				E
2011	V	O	07/2011	12.159.225/0001/74	01/07/11 30/06/12			14				A
2010	L	O	13/2010	08.861.799/0001-12	22/11/10 21/11/12	4						P

Observação:

LEGENDA

Área: (L)Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva

Natureza: (O)Ordinário; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Situação do Contrato:(A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato, (C) Efetivamente Contratada.

Fonte: Gefad/Seade

Quadro XLII - Atos de prestação de serviços com locação de mão de obra (exceto limpeza, higiene e vigilância ostensiva)

Nome:Companhia Nacional de Abastecimento – Conab/RO										
UG/Gestão: 2239				CNPJ: 26.461.699/0383-15						
Informações sobre os contratos										
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.
						F	M	S		
Início	Fim	P	C	P	C	P	C			
2010	1	O	03/2010	10.405.110/001-97	01/06/10 31/05/11		3			E
2011	1	O	02/2011	07.533.627/001-57	01/08/11 31/07/12		1			A

Observação: Contratação de Serviços de motorista para atender as necessidades da SUREG/RO.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e operacional
2. Manutenção e conservação de Bens imóveis
3. Serviços de Copia e Cozinha
4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis
5. serviços de Brigada de incêndio
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
7. Outras

Natureza: (O)Ordinário; (E) Emergencial

Nível de Escolaridade: (F) Ensino fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

Situação do contrato: (A)Ativo Normal (P)Ativo Prorrogado (E)encerrado

Quantidade de Trabalhadores: (P)Prevista no contrato (C)Efetivamente contratada

Fonte: SUREG-RO/GEFAD/SEADE

8.5.7 - Principais Indicadores Gerenciais

Ao longo de sua história, a Conab criou e tentou monitorar seu desempenho por meio de indicadores, não tendo conseguido êxito principalmente por falta de uma cultura de avaliação interna, por indefinição de sua missão institucional, por falta de envolvimento da alta direção, falta de planejamento de médio e longo prazo e pela dificuldade de obtenção de dados e informações consistentes.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA, os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional e equipes responsáveis pela execução.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações ainda estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Nesse período, observou-se que alguns necessitam de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, quanto à facilidade de cálculo e obtenção das informações.

Nesta fase de criação e análise, o cálculo e apuração dos indicadores estão sob a responsabilidade da Geare e, após a validação junto aos CANs, passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação. Esses indicadores, definidos para as ações constantes do PPA, são basicamente de eficácia, e objetivam aferir o andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena execução, ou a necessidade de suplementação orçamentária ou ainda a possibilidade de cancelamento de dotação.

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total

Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.

Tipo: Eficácia

Área Responsável: Sugep/Gepes

Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Ad+De)/2]/(QLm)*100$ onde Ad=Admissões De=Demissões e QLm=Quadro de Lotação médio no período. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.

Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
<que 5%				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Taxa de Integração de concursados

Objetivo do Indicador: Conhecer e acompanhar a eficácia do processo de integração dos novos empregados, influenciado por fatores como: receptividade da equipe, apreço demonstrado pela chefia, espírito de equipe, valores e políticas da empresa, processo de

Tipo: Eficácia

Área Responsável: Sugep/Gepes

Fórmula de cálculo e método de medição: $(Dc/Ac)*100$ onde Dc=Nº de demissões de concursados e AD=Nº de Admissões de concursados. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.

Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
<que 1%				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:
Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos

Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PMSO.

Eficácia

Área Responsável: Sugep/Gebem

Fórmula de cálculo e método de medição: $(ASOem/QLex)*100$, onde: ASOem= nº de Atestados de Saúde Ocupacional emitidos e QLex=Quadro de lotação em exercício. ASO emitido é o Atestado emitido pelo médico após o funcionário realizar os exames. Abrangência:

Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				

Análise crítica do resultado do indicador em 2011:

Nome do Indicador: Percentual de ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais														
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades														
Tipo: Eficiência														
Área Responsável: Sugep/Gebem														
Fórmula de cálculo e método de medição: N° de AT+DO onde, AT=Acidente de Trabalho e DO=Doenças ocupacionais. Abrangência: UF e Brasil, Periodocidade: Semestral e anual.														
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais														
Evolução dos resultados do Indicador:														
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: center; width: 30%;">Meta p/ o exercício de 2011</th> <th colspan="3" style="text-align: center;">Resultado nos anos anteriores</th> </tr> <tr> <th style="text-align: center;">Prevista</th> <th style="text-align: center;">Realizada</th> <th style="text-align: center;">2010</th> <th style="text-align: center;">2009</th> <th style="text-align: center;">2008</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">próximo a zero</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Meta p/ o exercício de 2011	Resultado nos anos anteriores			Prevista	Realizada	2010	2009	2008	próximo a zero				
Meta p/ o exercício de 2011	Resultado nos anos anteriores													
Prevista	Realizada	2010	2009	2008										
próximo a zero														
Análise e crítica do resultado do indicador em 2011:														

9 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil (Refere-se ao item 12 da DN TCU 108)

9.1– Análise da Execução Física e Orçamentária

Quadro XLIII - Identificação das Unidades Orçamentárias

DENOMINAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	CÓDIGO DA UO	CÓDIGO SIAFI DA UGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE RONDÔNIA	22211	135461
UA CACOAL	22211	135136
UA PORTO VELHO	22211	135219
UA VILHENA	22211	135220
ESTOQUE ESTRATÉGICO /RO	22211	135227
PGPM/RO	22211	135228
MERCADO DE OPÇÕES/RO	22211	135433
PAA/RO	22211	135548

Fonte: SUREG-RO/GEFAD/SECOF

Quadro XLIV - Movimentação orçamentária por Grupo de Despesas

Natureza da Movimentação de Crédito	UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total
				1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	Recebido	135100	135136	20.122.0352.2829.0001	-	51.870,61	-	51.870,61
		135100	135219	20.301.0352.2004.0001	-	(72,88)	-	(72,88)
		135100	135228	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	(5.064,14)
		135100	135433	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	(1.387,36)
		135100	135461	20.122.0350.2272.0001	-	2.068,00	-	2.068,00
		135100	135461	20.122.0352.2272.0001	1.581.912,70	-	-	1.581.912,70
		135100	135461	20.122.0352.2272.0001	-	1.141.874,73	2.181,44	1.144.056,17
		135100	135461	20.122.0352.2829.0001	-	-	8.979,40	8.979,40
		135100	135461	20.122.0360.2272.0001	-	1.918,50	-	1.918,50
		135100	135461	20.122.1492.2272.0001	-	710,14	-	710,14
		135100	135461	20.125.0352.2137.0001	-	6.257,37	-	6.257,37
		135100	135461	20.128.0360.4572.0001	-	6.231,63	-	6.231,63
		135100	135461	20.301.0352.2004.0001	-	217.615,68	-	217.615,68
		135100	135461	20.301.0352.20CW.0001	-	17.048,88	-	17.048,88
		135100	135461	20.306.0352.2012.0001	-	286.942,84	-	286.942,84
		135100	135461	20.605.0352.2130.0001	-	-	819.922,11	819.922,11
		135100	135461	20.605.0352.8579.0001	-	2.205,15	-	2.205,15
		135100	135461	20.605.0360.4711.0001	-	9.185,19	-	9.185,19
		135100	135461	28.846.0901.0022.0001	47.730,73	957,69	-	48.688,42
		135100	135548	08.244.1049.2792.0001	-	(145,87)	-	(145,87)
		135100	135548	08.605.1049.2802.0001	-	(309,87)	-	(309,87)
		135347	135227	08.244.1049.2792.0001	-	(13,90)	-	(13,90)
		135347	135227	08.605.1049.2802.0001	-	(145,00)	-	(145,00)
		135347	135461	08.244.1049.2792.0001	-	811.465,18	-	811.465,18
		135347	135461	08.605.1049.2802.0001	-	343.873,79	-	343.873,79
		135347	135461	21.605.0351.2B81.0001	-	-	1.031.457,76	1.031.457,76
		135347	135461	08.306.1049.2798.0001	-	5.774.938,25	-	5.774.938,25
		135347	135548	08.605.1049.2802.0001	-	(97,06)	-	(97,06)
		135347	135548	08.306.1049.2798.0001	-	(23,53)	-	(23,53)
		135216	135461	20.301.0352.2004.0001	-	171,65	-	171,65
	Enviado	135136	135561	20.122.0352.2272.0001	-	4.766,04	-	4.766,04
		135461	135100	08.605.1049.2802.0001	-	78,00	-	78,00
		135461	135100	20.122.0352.2272.0001	95.990,72	-	-	95.990,72
		135461	135100	20.122.0352.2272.0001	-	76.738,19	31,44	76.769,63
		135461	135100	20.128.0360.4572.0001	-	1.530,00	-	1.530,00
		135461	135100	20.301.0352.2004.0001	-	0,76	-	0,76
		135461	135100	20.605.0360.4711.0001	-	1.051,98	-	1.051,98
		135461	135216	20.301.0352.2004.0001	-	171,65	-	171,65
		135461	135347	08.244.1049.2792.0001	-	6.086,20	-	6.086,20
		135461	135347	08.306.1049.2798.0001	-	9.582,91	-	9.582,91
		135461	135347	08.605.1049.2802.0001	-	6.265,70	-	6.265,70
		135461	135347	21.605.0351.2B81.0001	-	7,78	-	7,78

Fonte: Siafi

Quadro XLV - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	149,27	2.504,73	149,27	2.504,73
Tomada de Preços	57.155,71	20.037,84	57.155,71	20.037,84
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	2.297.466,15	2.577.024,13	2.297.466,15	2.577.024,13
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	6.503.468,30	7.187.763,90	6.503.468,30	7.187.763,90
Inexigibilidade	689.002,28	286.399,90	689.002,28	286.399,90
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	15.400,26	12.101,44	15.400,26	12.101,44
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	1.504.921,89	24.340,38	1.504.921,89	24.340,38
Diárias	210.536,50	91.013,70	210.536,50	91.013,70
Não se Aplica	320.280,28	247.460,09	320.280,28	247.460,09

Fonte: Siafi

Em 2011, destacaram-se as despesas realizadas na modalidade de Dispensa de Licitação, no valor total de R\$ 7.187.763,90, incluindo R\$ 6.831.866,67 aplicados na aquisição de produtos de agricultores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, em conformidade com o Art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, representando cerca de 95,05% dos empenhos realizados nesta modalidade.

Na modalidade Pregão destacam-se as despesas empenhadas para pagamento do transporte de milho em atendimento ao Programa Vendas em Balcão (R\$ 228.463,67), as despesas com a concessão do Auxílio-Alimentação aos empregados (R\$ 286.942,84) e o pagamento por serviços de vigilância ostensiva e limpeza (R\$ 400.913,83), que juntos representaram 35,55% do total empenhado nesta modalidade.

Em Inexigibilidades estão agrupados principalmente os pagamentos referentes a assistência médica e odontológicas aos empregados e dependentes e aquelas referentes à realização dos exames médicos periódicos obrigatórios. Em 2011, estas despesas representaram 76,53% do total empenhado, equivalente a R\$ 219.177,73.

Quadro XLVI - Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2204	A	4	Pessoa beneficiada	170	178	170	218.000,00	217.542,04
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	49	35	45	17.300,00	17.048,88
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	50	53	53	300.000,00	286.942,84
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	39	50	46	-	-
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	-	2	-	-	-
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	91	75	80	36.000,00	4.701,63
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-	-	-
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	50.000,00	48.688,42
20	605	0352	10HG	P	4	Estudo realizado	-	-	-	-	-
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	100	113	58	10.000,00	6.257,37
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	1000	2	1030	2.000.000,00	648.027,56
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	2.574.500,00	2.512.317,14
20	605	0352	8579	A	4	disponibilizad a	-	-	-	-	3.000,00
20	605	0352	8566	A	4	Mercado integrado	-	-	-	-	-
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	3	3	0	86.597,88	41.532,01
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	10	10	10	10.000,00	8.133,21

Fonte: Diafi/Supor

De forma geral, percebe-se que a maioria das metas físicas previstas foram executadas a contendo, fator esse que consideramos positivo no que tange ao cumprimento dos compromissos institucionais desta Regional.

Especificamente quanto a ação 2130, note-se que o não ocorreu execução da meta previsiva, seja, foi adquirido um quantitativo ínfimo de produtos. Tal fato, é plenamente aceitável pois as aquisições de obrigatoriedade do Governo Federal só são realizadas quando os preços praticados no mercado estão abaixo do que a normatização considera com mínimo e/ou de referencia.

As entrelinhas do citado no paragrafo supra, demonstram que a não intervenção da Conab/RO vem ressaltar que as remunerações percebidas pelos produtores foram, em tese, satisfatórias quando da comercialização de sua produção.

Quadro XLVII - Despesas da Gestão por Grupo

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	1.504.921,89	1.518.185,53	1.504.921,89	1.518.185,53	0,00	0,00	1.388.458,32	1.424.039,63
Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	214.666,59	211.026,67	214.666,59	211.026,67	0,00	0,00	199.513,22	194.588,94
Obrigações Patronais	1.247.452,95	1.258.470,44	1.247.452,95	1.258.470,44	0,00	0,00	1.146.142,75	1.180.762,27
Depósitos Compulsórios	42.802,35	16.537,69	42.802,35	16.537,69	0,00	0,00	42.802,35	16.537,69
Sentenças Judiciais	0,00	32.150,73	0,00	32.150,73	0,00	0,00	0,00	32.150,73
Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	9.304.540,39	8.567.298,05	9.020.815,85	7.846.073,07	283.724,54	721.224,98	8.852.849,90	7.598.034,31
Diárias	210.536,50	91.013,70	210.536,50	91.013,70	0,00	0,00	210.536,50	91.013,70
Material de Consumo	137.714,31	0,00	137.714,31	0,00	0,00	0,00	133.212,67	0,00
Material de Distribuição Gratuita	7.272.068,13	6.470.943,50	7.035.010,15	5.835.691,78	237.057,98	635.251,72	6.945.512,44	5.632.252,46
Passagens e Despesas com Locomoção	90.954,23	37.847,21	90.954,23	36.347,21	0,00	1.500,00	90.942,67	36.347,21
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	1.170,33	3.279,43	1.170,33	3.279,43	0,00	0,00	870,33	3.279,43
Locação de Mão-de-Obra	325.444,28	325.458,60	325.444,28	325.458,60	0,00	0,00	318.605,11	319.035,37
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.130.892,11	1.548.953,05	1.113.225,55	1.464.479,79	17.666,56	84.473,26	1.046.469,68	1.426.303,58
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	132.085,03	83.156,26	103.085,03	83.156,26	29.000,00	0,00	103.025,03	83.156,26
Indenizações e Restituições	3.675,47	6.646,30	3.675,47	6.646,30	0,00	0,00	3.675,47	6.646,30
4 – Investimentos	54.796,15	11.129,40	54.796,15	11.129,40	0,00	0,00	54.796,15	10.810,49
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	48.389,15	0,00	48.389,15	11.129,40	0,00	0,00	48.389,15	0,00
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	6.407,00	11.129,40	6.407,00	0,00	0,00	0,00	6.407,00	10.810,49
5 – Inversões Financeira	734.122,21	1.844.920,59	734.122,21	1.679.477,54	0,00	165.443,05	710.545,95	1.678.852,90
Aquisição de Produtos para Revenda	734.122,21	1.844.920,59	734.122,21	1.679.477,54	0,00	165.443,05	710.545,95	1.678.852,90
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11.598.380,64	11.941.533,57	11.314.656,10	11.054.865,54	283.724,54	886.668,03	11.006.650,32	10.711.737,33

Fonte: Siafi

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 0,88%.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$8.567.298,05, com decréscimo de 7,92% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência principalmente da menor aplicação de recursos na aquisição de produtos para distribuição gratuita. Também influenciou o contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e, também, com os limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se decréscimo de aproximadamente 79,69% nas despesas empenhadas, devido principalmente aos baixos investimentos realizados nas unidades armazenadoras.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram acréscimo de 151,31, passando de R\$734.122,21 para R\$1.844.920,59. Em 2011 destacaram-se as despesas liquidadas com a aquisição de produtos de agricultores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, no valor de R\$1.031.449,98, representando cerca de 61,41%.

9.1.1 - Descrição dos Programas e ações

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-RO estão inseridas em 13 Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011, conforme segue:

Quadro XLVIII - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001

PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RO	
Dotação Orçamentária Inicial	19.519.046,00	218.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	5.086.246,00	-	-
Dotação Final	24.605.292,00	218.000,00	0,89
Execução Orçamentária	24.534.231,29	217.542,04	0,89
Índice	99,71	99,79	-
Meta Física	14.849	170	1,14
Execução Física	14.880	178	1,20
Índice	100,21	104,71	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Visando o atendimento das necessidades dos empregados e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2011 dotação orçamentária de R\$ 19.519.046,00, tendo sido autorizada suplementação orçamentária no valor de R\$ 5.086.246,00, totalizando R\$ 24.605.292,00, sendo realizado 99,71%, ou seja o valor de R\$24.534.231,29, do programado.

Especificamente no âmbito da SUREG-RO, a meta orçamentária e financeira foi de R\$ 218.000,00 para 170 atendimentos. Durante o exercício foram gastos R\$ 217.542,04 representando 99,79% executado, com 178 atendimento no programa SAS.

Quanto ao percentual de atendimentos no serviço de assistência à saúde, percebe-se que a meta física foi atingida, bem como, superada constatado-se uma variação superior a meta de 1,20%, de acordo com o quadro que segue:

É importante mencionar que o Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é calculada de acordo com nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Sétima, do Acordo Coletivo de Trabalho-2009/2011.

Quando XLIX – Percentuais físicos e orçamentários da Ação.

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes

Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficiácia

Unidade de Medida: %

Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA

Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$

Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos

Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gesas

Resultados:

2007				62,12
2008				57,22
2009				96,15
2010				101,76
2011	Meta:	100,00	Realizado	104,71

Análise: Superou em 4,7 1% do previsto

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes

Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficiácia

Unidade de Medida: %

Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA

Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$

Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA

Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gesas

Resultados:

2007				99,16
2008				99,43
2009				99,97
2010				98,27
2011	Meta:	100,00	Realizado	99,79

Análise: Foi realizado de acordo com o previsto

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS

Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS

Tipo: Eficiéncia

Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento

Meta: Menor ou igual ao ano anterior

Fórmula de Cálculo: (X/Y)

Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período

Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gesas

Resultados:

2007				464,36
2008				845,61
2009				855,77
2010				670,25
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	1.222,15

Análise: Para cada atendimento médico aos seus empregados/dependentes esta SUREG/RO, teve um custo médio de anual de R\$ 1.222,15.

Quadro L – (20CW) - Assistência Médica aos Empregados-Exames Periódicos
Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001
PTRES = 030856

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RO	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	17.300,00	
Suplementação/Cancelamento	2.488,00	-	-
Dotação Final	757.228,00	17.300,00	2,28
Execução Orçamentária	753.997,08	17.048,88	2,26
Índice	99,57	98,55	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	49	1,17
Execução Física	2.488	35	1,41
Índice	59,34	71,43	-

Fonte: Geare e Gebem

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, conforme descrito na Ação anterior, a Conab promove no mês do aniversário do servidor Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria MT n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII -Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc.

O percentual de exames periódicos no exercício, atingiu 71,43%, da meta física, com 35 empregados beneficiados, no total de gastos no exercício de R\$ 17.048,00, equivalente ao 98,55% do orçamento programado, conforme quadro abaixo:

Quadro LI – Percentual de execuções Físicas e Orçamentárias da Ação

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes

Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA

Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$

Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos

Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gesas

Resultados:

2010				90,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	71,43

Análise:

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)

Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes

Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA

Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$

Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA

Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gesas

Resultados:

2010				99,58
2011	Meta:	100,00	Realizado	98,55

Análise:

Quadro LII - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001

PTRES = 01685

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RO	
Dotação Orçamentária Inicial	6.931.122,00	69.000,00	
Suplementação/Cancelamento	510.000,00	-	
Dotação Final	7.441.122,00	69.000,00	0,93
Execução Orçamentária	7.352.073,59	68.028,93	0,93
Valor Liquidado na Sureg-RO	0,00	0,00	-
Valor Liquidado na Matriz	7.352,073,59	68.028,93	100,00
Índice	98,80	98,59	
Meta Física – Servidor beneficiado	3.282	39	1,19
Execução Física	4.286	50	1,17
Índice	130,59	128,21	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A Regional de Rondônia, teve como meta física atender 39 beneficiários/mês durante o ano de 2011, tendo beneficiado 50 empregados, equivalente 128,21% do previsto.

Tendo fornecido aos beneficiários o auxílio transporte somente em pecúnia e as despesas lançadas pela Superintendência nessa ação foram de R\$ 68.028,93, representando 98,59% da meta financeira de R\$ 69.000,00.

Quadro LIII – Percentual de Execução Física e Orçamentária da Ação

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte

Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados

Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA

Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$

Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados

Fonte: X= Sureg/Gebem e Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gebem

Resultados:

2007				94,55
2008				115,52
2009				121,67
2010				98,00
2011	Meta:	100	Realizado	128,21

Análise: Esta meta foi realizada a maior em 28,21% do previsto.

Quadro LIV - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001

PTRES = 001684

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RO	
Dotação Orçamentária Inicial	23.146.764,00	300.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-900.000,00	-	-
Dotação Final	22.246.764,00	300.000,00	1,35
Execução Orçamentária	21.662.047,14	286.942,84	1,32
Índice	97,37	95,65	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	50	1,19
Execução Física	4.334	53	1,22
Índice	103,36	106,00	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A dotação prevista para a regional no exercício foi de R\$ 300.000,00, tendo sido utilizado o valor R\$ 286.942,84, perfazendo 95,65% do programado.

A SUREG/RO previa o atendimento a 50 empregados/mês e beneficiou, no mês de dezembro, 53 empregados, ou seja, 106,00% ultrapassando a meta inicial.

No exercício de 2011, a SUREG/RO, teve um custo por empregado/ano, o valor de R\$ 5.414,02, referente ao atendimento do auxílio-alimentação, conforme quadro abaixo:

Quadro LV – Custo por Empregado com Atendimento do Auxílio Alimentação

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação

Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação

Objetivo: Geralmente monitorar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação

Tipo: Eficiência

Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado

Meta: Menor ou igual ao ano anterior

Fórmula de Cálculo: (X/Y)

Variáveis: X = Valor executado e Y = n.º de beneficiados

Fonte: X = Siafi e Y = Sureg/Gebem

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Gerente da Gebem

Resultados:

2007				4.603,72
2008				4.813,39
2009				4.686,24
2010				6.648,20
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	5.414,02

Quadro LVI – Percentual de Execução financeira da Ação

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação

Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados

Objetivo: Geralmente monitorar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA

Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$

Variáveis: X = Valor executado Y = Dotação prevista na LOA

Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

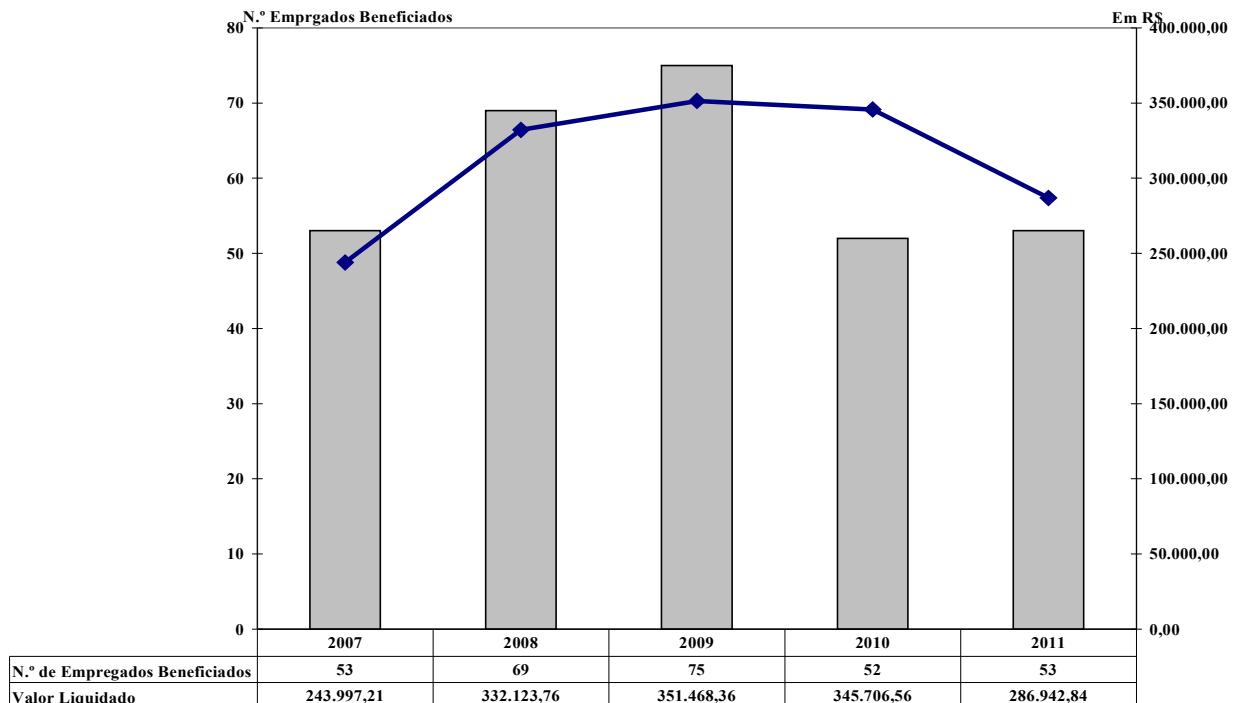
Responsável: Gerente da Gebem

Resultados:

2007				100,00
2008				97,68
2009				99,99
2010				99,92
2011	Meta:	100,00	Realizado	95,65

Análise: O percentual de execução financeira de auxílio-alimentação, para o exercício de 2011, teve sua execução realizada de acordo com o programado, ou seja 95,65% da previsão.

Figura XIII – Evolução do repasse de auxílio e alimentação



Quadro LVII - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001

PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RO	
Dotação Orçamentária Inicial	1.530.000,00	36.000,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	2,35
Dotação Final	1.530.000,00	36.000,00	
Execução Orçamentária	372.576,40	4.701,63	1,26
Índice	24,35	13,06	
Meta Física	4.300	91	2,12
Execução Física	3.165	75	2,37
Índice	73,60	82,42	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

O programa de treinamento é elaborado com base em levantamento das necessidades da Companhia adequando-as às necessidades de cada área de trabalho, objetivando o desenvolvimento de competências que proporcionem ganhos de conhecimento e melhoria das atividades nas diversas áreas da empresa.

A meta física previa 91 treinamentos, com dotação orçamentária de R\$ 36.000,00, tendo sido atingido 75 empregados ao custo de R\$ 4.701,63, equivalente a 16,03% da dotação prevista, pois alguns treinamentos foram realizados sem custo para a SUREG-RO, outro fator relevante e que o empregado pode ser beneficiado com mais de um treinamento no exercício.

Quadro LVIII – Demonstrativo da Execução Física e Orçamentária da Ação

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	135	91	-32,59	40.000,00	36.000,00	-10,00
Execução	97	75	-22,68	38.653,36	4.701,63	-87,84
Percentual de Execução	71,85	82,42	-	96,63	13,06	-
Gasto per capita (R\$)				398,49	62,69	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Conforme demonstrado no quadro abaixo, o custo médio por cada treinamento, no exercício de 2011, ficou bem menor que do ano de 2010, tendo em vista que a maioria dos treinamentos foram gratuitos.

Quadro LIX – Custo por Empregado Capacitado

Nome: Custo por Empregado Capacitado
Descrição: Custo por empregado capacitado
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado
Tipo: Eficiência
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior
Fórmula de Cálculo: X/Y
Variáveis: X = valor executado e Y= quantidade de empregados capacitados
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap
Base geográfica: UF e Brasil
Periodicidade: Anual
Responsável: Gerente da Gecap
Resultados:
2007
2008
2009
2010
2011 Meta: 398,49 Realizado 62,69
441,91
235,70
784,25
398,49

Quadro LX - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001

PTRES = 001687

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RO	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	50.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	-	
Dotação Final	18.661.376,00	50.000,00	0,27
Execução Orçamentária	17.353.314,98	48.688,42	0,28
Índice	92,99	97,38	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas, mediante pagamento de passivos judiciais.

No âmbito da SUREG/RO, no exercício corrente, foram realizados Depósitos Recursais, Sentença judicial Transitada em Julgado e Transita e não Julgada, no montante de R\$ 48.688,42, ou seja 97,38 do programado para o exercício.

Quadro LXI – Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais

Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais

Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Tipo: Eficácia

Unidade de Medida: %

Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA

Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100

Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA

Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal

Responsável: Superintendente da Sumaj

Resultados:

2007				87,42
2008				82,77
2009				99,53
2010				95,12
2011	Meta:	100,00	Realizado	97,38

Análise: A meta foi realizada de acordo com o programado.

Quadro LXII - (2137) – Fiscalização dos Estoques e da Operação de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares.

Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001

PTRES = 01690

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RO	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 10.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	R\$ 4.200.000,00	R\$ 10.000,00	0,24
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 6.257,37	0,39
Índice	38,65	-	-
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	100	1,82
Execução Física	6.030	113	1,87
Índice	109,64	113,00	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

A regional rondoniense da Conab, durante o exercício, fiscalizou cumulativamente 4.602 toneladas de produtos dos estoques públicos (AGF, agricultura familiar, fome zero e estoque de terceiros), representando 92,04% da neta física inicialmente prevista.

A meta física estabelecida para a Sureg/RO previa a realização de 100 fiscalizações, sendo realizadas durante o exercício 113 fiscalizações, o que representa 113% de execução.

No âmbito da Sureg-RO, durante o exercício 2011, foram gastos R\$ 6.257,37 na execução da Ação, conforme detalhamos no quadro que segue.

Quadro LXIII - Demonstrativo dos Elementos de Despesa da Fiscalização dos Estoques

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total	
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições		
				Pes. Física	Pes. Jurídica					
2007	862,50	0,00	762,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.625,34	
2008	3.997,50	1.019,67	1.087,50	0,00	0,00	0,00	2.730,00	0,00	8.834,67	
2009	9.946,50	0,00	2.170,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.117,42	
2010	9.021,00	1.109,45	783,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.913,95	
2011	5.076,00	1.181,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.257,37	

Fonte: Siafi

Quadro LXIX - (2130) – Formação dos Estoques Públicos

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001

PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/RO	
Dotação Orçamentária Inicial	2.169.760.000,00	1.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.169.760.000,00	1.000.000,00	0,05
Execução Orçamentária	918.235.408,22	648.027,56	0,07
Índice	42,32	64,80	-
Meta Física	4.031.000	1.000	0,02
Execução Física	811.250	2	0,00
Índice	20,13	0,20	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Especificamente para a Sureg-RO a meta física previa a aquisição de 1.000 toneladas de produtos agrícolas, com despesas estimadas no valor de R\$ 1.000.000,00, representando 0,02% e 0,05% da meta nacional, respectivamente.

Em conformidade com a legislação vigente, é obrigação do Estado adquirir o produto amparado pela PGPM sempre que o preço de mercado estiver abaixo dos preços mínimos fixados pelo Governo.

A produção agropecuária, diferentemente da industrial, ao ser iniciada em um ano não tem como ser reprogramada. Assim, se um produtor decidiu plantar determinada área com certa cultura, dificilmente terá condições de mudar seus planos, sem graves prejuízos. Deste modo, se o mercado mudar seu perfil, ou seja, se os preços que estavam em ascensão entrarem em decréscimo, o produtor é, de certa forma, obrigado a dar sequência à sua atividade, a despeito dos prováveis prejuízos. Da mesma forma, se sua área tiver condições edafoclimáticas apta para determinada atividade ele pouco poderá fazer em termos de mudança para outra cultura, sendo este o exemplo mais significativo o caso do arroz na região sul do Rio Grande do Sul, cujas as áreas apresentam condições altamente favoráveis ao cultivo desse grão.

É por esse motivo que o Governo Federal precisa estar sempre preparado e em condições de acionar seus instrumentos de política agrícola apoiando o produtor rural nos momentos de crise. Isto não significa dizer que a não utilização dos instrumentos seja uma má gestão ou mal planejamento. Na verdade é até desejável que não sejam utilizados, pois nestes casos significa que os mercados estão funcionando dentro de suas regras normais e que o produtor obteve a compensação financeira pelo seu trabalho, sem o uso dos recursos públicos.

Para a Sureg/RO o orçamento executado atingiu 64,80% do inicialmente orçado, seja, R\$ 648.027,56, com o pagamento de serviços de terceiros, impostos, fretes, embalagens, armazenagem, análises laboratoriais e outros, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXX - Demonstrativo da Execução Financeira da Formação dos Estoques Públicos

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-RO	Participação (%)
Garantia de Produtos Armazenados	1.346.265,02	0,00	0,00
Aquisição de mercadorias para revenda	448.352.796,47	3.185,25	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	680.538,13	33.112,62	4,87
Embalagens	5.342.883,52	77.412,37	1,45
COFINS	12.541,21	0,00	0,00
PASEP	2.647,92	0,00	0,00
Armazenagem	335.944.484,68	88.678,24	0,03
Seguros em geral	10.983.147,15	0,00	0,00
Comissões e corretagens	12.374.999,26	0,00	0,00
ICMS	47.485.159,88	37.198,06	0,08
ISS	14.877,26	0,00	0,00
Serviços gráficos	0,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	60.667,59	0,00	0,00
Encargos financeiros	65,71	0,00	0,00
Serviços de terceiros	1.560.493,66	0,00	0,00
Ensaque e reensaque	54.644,50	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	2.219,45	0,00	0,00
Análises laboratoriais	268.874,58	0,00	0,00
Taxas e pedágios	29.016,97	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	53.623.441,96	408.441,02	0,76
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	0,00	0,00	0,00
Sentenças Diversas	0,00	0,00	0,00
Editais e publicações	95.643,30	0,00	0,00
Total	918.235.408,22	648.027,56	0,07

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Quadro LXXI - (2272) Gestão e Administração do Programa

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO	
Dotação Orçamentária Inicial	390.916.326,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	488.416.326,00	2.545.500,00	0,52
Pessoal	391.071.326,00	1.475.000,00	0,38
Custeio	77.070.000,00	1.070.000,00	1,39
Investimentos	20.275.000,00	500,00	0,00
Execução Orçamentária	461.250.028,94	2.512.317,14	0,54
Pessoal	387.327.794,86	1.469.497,11	0,38
Custeio	73.477.389,40	1.040.670,03	1,42
Investimentos	444.844,68	2.150,00	0,48
Índice	94,44	98,70	-

Fonte: Supor e Siafi

Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos, estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Quadro LXXII – Detalhamento por Elemento de Despesa da Gestão e Administração do Programa

Discriminação	RO				
	2007	2008	2009	2010	
Pessoal	7.602,07	541.342,40	1.424.651,52	1.462.119,54	1.469.497,11
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	69.139,08	245.029,43	214.666,59	211.026,67
Obrigação patronal	1.666,09	469.097,18	1.179.622,09	1.247.452,95	1.258.470,44
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	5.935,98	3.106,14	0,00	0,00	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigação patronal – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio	946.619,77	978.765,86	958.791,86	1.082.081,15	1.040.670,03
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	31.710,00	33.847,50	44.421,00	51.487,50	22.167,70
Material de consumo	122.331,83	116.833,82	75.673,49	83.493,75	71.407,87
Passagens e Despesas com locomoção	9.837,07	33.122,90	29.711,55	37.312,52	16.542,76
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	4.090,00	1.618,00	2.354,24	730,33	400,00
Locação de mão-de-obra	262.438,40	218.458,75	318.882,89	325.444,28	325.458,60
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	427.476,57	494.243,72	443.690,53	0,00	554.909,91
Obrigações tributárias e contributivas	64.271,96	0,00	0,00	65.727,54	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	24.463,94	9.030,28	9.801,95	3.675,47	6.112,30
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	514.209,76	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	71.610,89	34.256,21	0,00	43.670,89
Investimentos	137.239,16	311.023,68	70.244,16	6.407,00	2.150,00
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	195.832,68	26.221,26	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	137.239,16	115.191,00	44.022,90	6.407,00	2.150,00
Total	1.091.461,00	1.831.131,94	2.453.687,54	2.550.607,69	2.512.317,14

No exercício de 2011 destacaram-se as despesas de custeio de outros serviços de terceiro pessoa jurídica, tendo em vista, que esta rubrica engloba despesas tais como: energia elétrica, água e esgoto, correios, bolsa estagiários, serviços de apoio administrativo, limpeza e conservação de imóvel, etc.

Destacamos ainda a rubrica “locação de mão de obra” que refere-se a contratação de serviços de vigilância para a Sureg/RO e Unidades Armazenadoras.

Ainda, é oportuno informarmos que o pequeno valor das despesas com investimento ocorreu em virtude da medida provisória 3 de 01 de março de 2011, contingenciando o orçamento nesta rubrica.

Quadro LXXIII – Percentual de Execução Financeiras da Ações de Apoio ao Programa

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa			
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Sufin			
Resultados:			
2007			25,33
2008			34,61
2009			43,68
2011			99,25
2010	Meta:	100,00	Realizado
			98,70
Análise:			

Quadro LXXIX - (8579) – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação		Metas	Participação (%)
		Conab Sureg-RO	
Dotação Orçamentária		315.000,00 3.000,00	
Execução Orçamentária		294.066,15 2.205,15	0,95
Índice		93,35 73,51	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)		8.000 -	
Execução Física		7.845 -	0,00
Índice		98,06 -	

Fonte: Siafi, Supor, Geasa

Observando-se os dados relativos a Sureg/RO, percebe-se que a execução orçamentária alcançou o percentual de 73,51% da previsão, sedo executado, em modulo, o valor de R\$ 2.205,15 distribuídos conforme os elementos de despesa relacionados no quadro abaixo.

Quadro LXXX - Detalhamento dos Elementos de Despesa Constante da Execução Orçamentária.

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	675,00	314,14	0,00	-	-	989,14
2009	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	0,00
2011	1.687,50	-	517,65	-	-	2.205,15

Fonte: Siafi

Quadro LXXXI - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO	
Dotação Orçamentária Inicial	39.000.000,00	86.597,88	-
Dotação Orçamentária Final	39.000.000,00	86.597,88	0,22
Despesas Correntes	5.000.000,00	-	0,00
Despesas de Capital	34.000.000,00	86.597,88	0,25
Execução Orçamentária	503.777,46	41.532,01	8,24
Despesas Correntes	250.594,84	32.552,61	12,99
Despesas de Capital	253.182,62	8.979,40	3,55
Índice	1,29	47,96	-
Meta Física – unidade modernizada	70	3	4,29
Execução Física	57	3	5,26
Índice	81,43	100,00	-

Fonte: Supor e Siafi

Para a Sureg-RO estava previsto o atendimento as 3 Unidades, tendo sido as mesma atendidas, representando 100% da meta física.

Sob a jurisdição da Sureg-RO estão em operação as Unidades Armazenadoras de Porto Velho/RO, Cacoal/RO e Vilhena/RO, compostas por 5 armazéns, com capacidade estática total 20.000 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXXII - Demonstrativo de Armazéns por Unidade Armazenadora

UF	UNIDADE ARMAZENADORA	Quantidade Armazéns	CAP(t)	TIPO	ENDEREÇO
RO	Cacoal	1	3.500	Convencional	Avenida Castelo Branco, n.º 707 B
RO		1	2.200	Convencional	Avenida Castelo Branco, n.º 707 B
RO	Porto Velho	1	7.100	Convencional	Rua do Cais, n. 172 – Pedrinhas
RO	Vilhena	1	3.600	Convencional	Rod. BR 364, km 680
RO		1	3.600	Convencional	Rod. BR 364, Km 680
TOTAL SUREG-RO		5	20.000	-	-

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gerap

As unidades contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda de produtos, porém, todas as Uás necessitam de manutenção e modernização, tanto nos equipamentos quanto nas instalações físicas, pois a maioria é antiga e não teve suas demandas plenamente atendidas nos exercícios anteriores.

A Sureg-RO executou R\$ 32.552,61 em despesas correntes e R\$ 8.979,40 em despesas de capital, somando R\$ 41.532,01, o que representa 47,96% do montante inicialmente orçado para a Regional.

Abaixo demonstramos as atividades nas quais foram utilizados os recursos especificados no parágrafo supra.

Quadro LXXXIII - Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Valor Liquido		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
			Corrente	Capital	Corrente	Capital	
RO	Cacoal	Aquisição de 1 balança de precisão	0,00	1.316,29	0,00	0,00	1.316,29
		Aquisição de 2 caladores	0,00	99,64	0,00	0,00	99,64
		Elaboração de projeto para cascalhamento das vias internas	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
		Aquisição de jogo completo de peneiras e homogeneizador	0,00	852,90	0,00	0,00	852,90
		Elaboração de projeto para construção de depósito para guarda de produtos agrotóxicos	7.800,00	0,00	0,00	0,00	7.800,00
		Revisão das instalações elétricas com substituição de componentes	0,00	0,00	19.318,00	0,00	19.318,00
	Vilhena	Revisão de coberturas metálicas com substituição de parafusos fixadores	11.752,61	0,00	0,00	0,00	11.752,61
Total			32.552,61	8.979,40	19.318,00	0,00	60.850,01

Fonte: Siafi, Supor e Suarm

Oportunamente, ressalta-se que com o advento da obrigatoriedade da certificação das Unidades Armazenadoras em todo o território nacional, a Companhia deverá orçar e executar vultuosas cifras nos próximos exercícios afim de cumprir a legislação em vigência.

Quadro LXXXIV - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360. 4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-RO	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	10.000,00	1,00
Execução Orçamentária	794.110,27	8.133,21	1,02
Índice	79,41	81,33	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	10	83,33
Execução Física	12	10	83,33
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Os levantamentos são realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Nesse processo, as duas instituições têm somado recursos e esforços, objetivando assegurar as mais acuradas e fidedignas informações de acompanhamento de safra ao alcance do estado brasileiro, coordenando progressivamente métodos, fontes, período de apuração, datas e horários de divulgação. Para tanto, conta-se com a permanente contribuição dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais e demais instituições geradoras de informações agrícolas.

No âmbito da Sureg-RO foram realizados os dez levantamentos de dados que inicialmente estavam previstos no cronograma da GEASA.

Nesta Unidade Jurisdicionada foram liquidados R\$ 8.133,21 do total orçado de R\$ 10.000,00, conforme detalhamento que segue.

Quadro LXXXV - Detalhamento das despesas efetivadas na realização da ação

Sureg	2011				
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Desp c/ Locomoção	Servs Terceiros – Pes Jurídica	Total
RO	6.110,00	2.023,21	-	-	8.133,21

Fonte: Siafi, Supor e Geasa

9.2 — Análise das Inscrições em Restos a Pagar

Quadro LXXXVI - Restos a pagar processados e não processados

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2011	242.490,67			242.490,67
2010	9.628,48	3.199,40		6.429,09
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2011	904.673,50			904.673,50
2010	283.724,54			283.724,54

Fonte: SIAFI

9.2.1 - Restos a Pagar Processados.

No ano de 2010 ficaram em restos a pagar processados o valor de R\$ 9.628,48, deste foi cancelado o valor de R\$ 3.199,40, referente as 02 (duas) ultimas parcelas do contrato firmado entre a SUREG/RO e a empresa Sestra-Serviços Especializados em Segurança do trabalho, restando apenas o valor de R\$ 6.429,08, relativo a Tributos Federais.

No exercício de 2011, foram processados o valor de 242.490,67 que estão assim distribuídos:

- R\$ 145.447,58 – refere-se a retenção de Tributos Federais das CPR's Doação que serão recolhidos no exercício seguinte.

- R\$ 59.617,34 – Aquisição de produtos para o Programa Fome Zero do Governo Federal, pago no mês de janeiro/2012.
- R\$ 23.892,40 – Aquisição Ticket Alimentação, pago em janeiro/2012.
- R\$ 9.995,60 – Serviços de reforma no telhado da Unidade de Cacoal, pago em janeiro/2012
- R\$ 3.359,73 – Serviços de Vigilância
- R\$ 178,02 – Aquisição de veneno para as unidades, também quitado em janeiro/2012.

9.2.2 Restos a Pagar Não Processados

Do valor de R\$ 283.724,54, relativo ao exercício 2010, foi processado e pago.

No exercício de 2011 ficaram em restos pagar não processados o valor de R\$ 904.673,50 , assim distribuídos.

- R\$ 19.005,73 da UG 135.461 -SUREG/RO referente aos contratos de segurança e medicina do trabalho e Apoena machado-advogados e Comércio de combustíveis e lubrificantes
- R\$ 39.018,47 – UG 135136 – UA CACOAL , refere-se a elaboração do projeto elétrico da citada unidade e confecção de formulários contínuos.
- R\$ 681.206,51UG 135.548 – PAA/RO, os projetos de CPR's doação encontravam em fase conclusiva, no que tange a recepção de documentos, que de praxe são anexados aos Projetos, conforme os respectivos títulos que os normatiza. Informamos ainda, que todos foram concluídos no início do exercício seguinte.
- R\$ 165.443,07 – UG 135.433 – MO/RO, transporte de milho em grãos de Mato Grosso para as Unidades Armazenadoras de Porto Velho e Vilhena/RO, também liquidado no início de exercício de 2012.

9.3– Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76
BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04

Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRICAÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES		
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET. DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUCRO DESTINADO A EXERCÍCIO ANTERIOR							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45



Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

**José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 005969/0-5**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades

por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazeneadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
ICMS a Compensar	241.699	285.410	
IRRF a Compensar	36	33	
Contribuições Outros Impostos	105	93	
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840	285.536	

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6

LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7

RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8
DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9
CONTAS A RECEBER

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10
DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

NOTA 11

RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12

BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198	
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232	
Materiais em Trânsito	10.954	3.240	
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341	
Estoques de Distribuição	833	1.821	
Total	3.685.419	4.508.832	

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

NOTA 13

ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15

CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

Trabalhistas: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

Tributárias: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

Cíveis: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CMV n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso		Em R\$ mil
	2011	2010	2011	2010	
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003	
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116	
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490	
Total	422.825	106.211	579.507	139.609	

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

Tributárias: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa	Valor do Possível Desembolso		Em R\$ mil
		2011	2010	

	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317523	351.646	369167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

Trabalhista: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Tributária: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

NOTA 16

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18**DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

NOTA 19**BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS****19.1 Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20

REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remuneração	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29	
Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29	
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80	
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31	

Salários Médios	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
Dirigentes	23.884,29	23.884,29	
Empregados	2.642,62	2.559,69	

21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Descrição	Exercícios		Em R\$ mil
	2011	2010	
Repasso – Recursos Próprios	2.420	3.058	
Repasso – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521	
Total de Repasses	3.218	3.579	

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

9.4 – Composição dos Investimentos da Empresa

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011			
UJ COMO INVESTIDA			
Denominação completa:			
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB			
Ações Ordinárias - 100 %			
ACIONISTAS	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011

				11
Não Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
	ACIONISTAS	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float		-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

Fonte: Sucon

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

9.5 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de propriedade da Conab/SUREG/RO.

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da Conab de Responsabilidade da UJ		Observação
	2011	2010	
Porto Velho/RO	3	3	SEDE DA SUREG/RO, UA Porto Velho e Imóvel cedido para Secretaria de Estado de Ação Social - SEAS

Gujará Mirim/RO	1	1	Armazém - Cedido para SUFRAMA
Cacoal/RO	2	2	Unidade Armazenadora de Cacoal
Vilhena/RO	2	2	Unidade Armazenadora de Vilhena
Ariquemes/RO	2	2	Armazéns - Cedido para SEAGRI
Ouro Preto?RO	2	2	Armazéns - Cedido para SEAGRI
Jarú/RO	1	1	Armazém – Cedido para SEAGRI/RO
Alto Paraíso	1	1	Armazém – Cedido para SEAGRI/RO
Nova união	1	1	Armazém – Cedido para SEAGRI/RO
Colorado D'Oeste	1	1	Armazém – Cedido para SEAGRI/RO
Presidente Medice	1	1	Armazém – Cedido para SEAGRI/RO
Rolim de Moura	1	1	Armazém – Cedido para SEAGRI/RO
Alvorada D'Oeste	1	1	Armazém – Cedido para SEAGRI/RO
Pimenta Bueno	1	1	Armazém – Cedido para SEAGRI/RO
Theobroma	1	1	Armazém – Cedido para SEAGRI/RO
Rondoninas	1	1	Armazém – Cedido para SEAGRI/RO
TOTAL			

9.6 - Composição dos Investimentos da Empresa

Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253,224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepostos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571,800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	11.580.527,29	11.580.527,29	11.575.984,63

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS, no total de R\$8.056.461,73, assim discriminados:

CNPJ	Investida	Quantidade	31/12/2011 (R\$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepostos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541.998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1.395,27
28137800000178	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
TOTAL			8.056.461,73

Fonte: Sucon

9.7 – Parecer de auditoria independente

MOORE STEPHENS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e acionistas da
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. As MSIL e suas firmas-membro presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditórias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registraramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em que foram constatadas irregularidades que requerem providências de resarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registraramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

MOORE STEPHENS

orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditória do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.



Moore Stephens Vector Auditores S/S
CRC-DF 000896/0-1
CVM n º. 12.327



Fabson Vogel
Contador CRC-DF 012038/0-0
Sócio



Edson Souza Sobrinho
Contador CRC-DF 010198/0-4
Sócio

F

Este documento é propriedade da Conab. É de uso restrito e confidencial. Foi produzido de forma eletrônica e é controlado pelo sistema de gerenciamento de documentos da Conab. A sua reprodução, transmissão, modificação, ou utilização, sem autorização, é vedada.

10 – Governança e Controles (Refere-se ao item 13 da DN TCU 108)

10.1 Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno

Quadro XLVIII - Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
		1	2	3	4	5
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento		1	2	3	4	5
28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações-Dipai, Diretoria Financeira-Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral-Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-Codag e Gabinete da Presidência-Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.						
LEGENDA						
Níveis de Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.	
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.	
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

10.2 - Informações Sobre as Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do controle interno.

No exercício de 2011, não houveram deliberações exaradas em acórdãos pelo TCU, assim como não recomendações por parte do Orgão do Controle Interno.

10.3 Informações sobre tratamento das recomendações realizadas pela AUDIN.

Relatório de Auditoria
4/2011 - (AVG) - SUREG RO/RO
Constatação:
990 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava o saldo de R\$44.424,03, registrado nas UG's a seguir discriminadas. Constatou-se que a SUREG/RO não possui um mapa de controle extra contábil dos Adiantamentos e Devoluções das Férias dos seus empregados. Ressalta-se a importância de manter controle de Adiantamentos/Devoluções de Férias elaborado pelo SEADE/RO, específico para a SUREG, visando minimizar a probabilidade de ocorrência de erros. Após análise dos controles contábil e extra contábil, este, encaminhado pela SUCON, constatou-se pequena divergência, conforme tabela 1 a seguir.
Recomendação:
990.1 - Recomendamos à SUREG/SEADE/RO interagir com as áreas afins, visando compatibilizar a divergência encontrada.
Tratamento das Recomendações
De everaldo.santos em 06/06/2011 como Pendente
Conforme sugestão dessa AUDIN, à GEFAD/SEADE/RO, criou um mapa para controle extra contábil dos adiantamentos e devoluções de férias de seus empregados retroativo a janeiro/2011, o qual seguirá sendo alimentado com informações pertinentes. Informamos ainda, que as divergências existentes na UA Cacoal, UA Vilhena e UA Porto Velho, relativa adiantamento de férias, foram regularizadas de acordo com as NL's 90/2011-UG 135220, 101/2011-UG 135136 e 96/2011-UG 135219. Quanto a divergência apresentada pela SUREG/RO, foi solicitado à SUCON através das CI's SUREG(RO) nº 037 de 24.04.2009 e 313 de 17.02.2011, que proceda a regularização em seu relatório de acompanhamento de férias, objetivando sanear esta pendência.
de joao.filho em 29/06/2011 como Solucionado
Constatação:
991 - Em 31.12.2010 a conta apresentava os saldos de R\$2.482.061,09 e R\$1.478.937,92 registrados nas UG(s) 135433 – MO/Rondônia e 135548 – Unidade Conab PAA Rondônia respectivamente, distribuídos em 116 contas

correntes de Agricultores e/ou Cooperativas/Associações de Produtores Rurais. Constatou-se a existência de relatórios de controles e ou de acompanhamento extra contábil das CPR(s) Alimentos e Doação Simultânea. Ressalta-se, que as CPR(s) Alimentos e Doação Simultânea, carecem de uma análise pormenorizada, para compatibilização entre os saldos contábeis e os extra contábeis, em função das divergências apresentadas nos quadros 1 e 2 a seguir. Outras constatações: a) A CPR do item 12 do quadro 1, trata-se de Formação de Estoques. Constatou-se que esta não apresenta pagamento desde dezembro de 2007 e não consta nos controles extra contábeis; b) A CPR do item 14 do quadro 1, trata-se de Doação Simultânea, está sem movimentação desde dezembro de 2007 e não consta nos controles extra contábeis; c) As CPR(s) dos itens 1 a 3 e a do item 36 do quadro 2, tratam-se de Doação Simultânea, está sem movimentação de entrega de mercadoria desde dezembro de 2005, e não constam nos controles extra contábeis; d) A CPR do item 7 do quadro 2, trata-se de Doação Simultânea, está sem movimentação desde outubro de 2007, e não consta nos controles extra contábeis; e) As CPR(s) dos itens 9 a 12 do quadro 2, tratam-se das CPR(s) Alimentos n.(s) 28, 33, 36 e 37. Os referidos saldos constam no relatório extra contábil emitido pelo sistema Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF, em 21/01/2011, e não constam registros no SIAFI; e f) As CPR(s) dos itens 31 a 34 do quadro 2, tratam-se de CPR(s) Alimentos n.(s) 38, 39, 40 e 41. Os referidos saldos constam no relatório extra contábil emitido pelo sistema Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF, em 21/01/2011, e não constam registros no SIAFI.

Recomendação:

991.1 - Recomendamos à SUREG/GEOSE/RO juntamente com o Setor Contábil (SECOF), efetuar revisão nos saldos contábeis e nos extra contábeis das CPR(s) Alimentos e Doação Simultânea, com o intuito de compatibilizar os saldos.

Tratamento das Recomendações:**de everaldo.santos em 06/06/2011 como Pendente**

Todos os saldos contábeis das CPR's alimentos e Doação Simultânea foram conciliados com os controles extra contábil da GEOSE e encontram-se compatibilizados.

de joao.filho em 01/07/2011 como Solucionado

Consoante resposta da SUREG/RO, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

991.2 - Recomendamos à SUREG/GEFAD/RO informar à AUDIN, a situação atual da CPR citada no item 12 do quadro 1.

Tratamento das Recomendações:**de everaldo.santos em 06/06/2011 como Pendente**

Com relação ao item 12 do quadro 1, trata-se da CPR-Estoque de nº 11.1.0011/2007 - produto café em grãos in natura, da COOCARAM em Ji-Paraná/RO. Ademais, informamos que por não termos percebido a quitação tempestiva da citada Cédula nem seu aditamento, a matéria encontra-se em tramitação na esfera judicial objetivando a reposição dos créditos em favor do Tesouro Nacional.

de joao.filho em 01/07/2011 como Solucionado

Consoante resposta da SUREG/RO que a matéria está em tramitação na esfera judicial, o item será solucionado.

Recomendação:

991.3 - Recomendamos à SUREG/GEFAD/RO informar à AUDIN, as medidas adotadas para que os saldos sem movimentação referentes aos exercícios 2005 e 2007 retornem as cofres da Companhia.

Tratamento das Recomendações:**de everaldo.santos em 06/06/2011 como Pendente**

Temos a informar que todos os produtores inadimplentes, foram inscritos no SIRCOI, e em cumprimento as determinações legais para inscrição da dívida no CADIN, ressaltamos que foram enviadas Cartas de cobrança, com as devidas notificações acerca do débito em aberto, bem como, das possíveis sansões judiciais aplicadas a matéria caso a quitação não aconteça. Assim sendo, tão logo perpassse os prazos determinados em Lei a GEOSE encaminhará as dívidas que continuam em aberto para que essa GEFAD proceda a devida inscrição no cadastro supracitado, bem como, submissão a Procuradoria Regional, para apreciação e, caso necessário, promover o ingresso em juízo.

de joao.filho em 01/07/2011 como Solucionado

O item será baixado/solucionado, visto ser de solução não imediata.

Recomendação:

991.4 - Recomendamos à SUREG/GEFAD/RO analisar e regularizar a situação das CPR(s) Alimentos que constam no relatório extra contábil e que não estão registradas no SIAFI.

Tratamento das Recomendações:**de everaldo.santos em 06/06/2011 como Pendente**

Com relação as CPRs Alimento, temos a informar que todas as Cédulas referente a essa modalidade do PAA estão devidamente registradas no SIAFI, o que ocorre é que existe várias CPR's com o mesmo representante, assim sendo, tal CPRs foram contabilizadas de forma sintética, seja, utilizando-se do nome do representante, não sendo feita feita qualquer discriminação de forma analítica quando aos produtores/partícipes das Cédulas.

de joao.filho em 01/07/2011 como Solucionado

Consoante explicação do Superintendente/RO, consideramos o item solucionado.

Constatação:

992 - Em 31.12.2010 as rubricas 1.9.9.1.1.18.00 - Mercadorias e Bens em Poder de Terceiros e 1.9.9.1.2.18.00 – Mercadorias de Terceiros em Depósito apresentavam saldos contábeis registrados nas Unidades Armazenadoras compreendendo estoques próprios e de terceiros. Esses registros estavam condizentes com os Mapas de Inventários de Mercadorias. Os saldos contábeis dos programas, eram os seguintes: R\$667.798,62 na UG 135433 - Mercado de Opções/RO, R\$960.754,25 na UG 135227 - Estoque Estratégicos/RO, R\$97.537,84 na UG 135228 - Estoques PGPM/RO e R\$15.706,60 na UG 135548 - PAA/RO. Os estoques estavam depositados em armazéns próprios e de terceiros. A verificação abrangeu somente os estoques dos Programas Governamentais depositados nas unidades próprias. Detectou-se diferenças, as quais relacionamos no quadro a seguir: As divergências entre contas referentes aos programas: Mercado de Opções na UA/Porto Velho e nos Estoques PGPM na UA/Vilhena, devem ser analisadas e corrigidas.

Recomendação:

992.1 - Recomendamos à SUREG/RO orientar a GEFAD/SECOF, para que, em casos futuros, as divergências entre contas dos estoques sejam corrigidas antes do encerramento do exercício financeiro.

Tratamento das Recomendações:**de everaldo.santos em 06/06/2011 como Pendente**

Foi providenciado a regularização, ou seja, a compatibilização dos saldos nas contas 199111800 Mercadoria e bens em poder de terceiros e 199121800 Mercadorias de terceiros em depósito na UA Porto Velho através da 2011NL000089 no valor R\$ 800,37 e na UA Vilhena através da 2011NL000083 no valor de R\$ 0,06. E conforme orientação dessa AUDIN, procuraremos manter maior controle, para que as regularizações sejam efetuadas dentro do próprio exercício.

de em 01/07/2011 como Solucionado

A regularização procedida pela GEFAD/SECOF, por meio das NL's, atende a recomendação. Portanto consideramos solucionado a pendência.

Constatação:

993 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava o saldo de R\$688,23, registrado na UG 135227 – Unidade Estoque Estratégico/RO. Após análise dos controles contábeis, não localizou-se controle extra contábil que demonstrasse a situação do débito em aberto. Alertamos para o fato de que o débito está pendente desde maio de 2005, e refere-se a falta de produto – Leite Integral, consoante as Notas Fiscais n.º 009879 (Finam do dia 25.5.2005), n.º 012371 (Finam do dia 26.8.2005) e n.º 010192 (Finam do dia 31.5.2005).

Recomendação:

993.1 - Recomendamos à SUREG/GEFAD/RO analisar o débito mencionado, e informar à Audin as providências adotadas para a regularização da referida pendência.

Tratamento das Recomendações:**de everaldo.santos em 06/06/2011 como Pendente**

Após análise contábil e na documentação, verificamos que a contabilização foi realizada de forma incorreta. A título de providências, foram estornados o valor de RS 688,23 da UG 135227 - da conta 199130400, pois trata-se de devolução de mercadorias a fornecedores.

de joao.filho em 04/07/2011 como Solucionado

Consoante resposta da SUREG/RO, consideramos o item solucionado.

Constatação:

994 - Em 31.12.2010 a rubrica apresentava o saldo de R\$4.759,59, registrado na UG 135227 – Unidade Estoque Estratégico/RO. Após análise dos controles contábeis, não localizou-se controle extra contábil que demonstrasse a situação e o procedimento de cobrança do débito em aberto. Alerta-se para o fato de que a pendência vem desde dezembro de 1998 e trata-se de UG extinta (135226). Refere-se a lançamento de acerto (devedores exercício anterior – Prodea/97), conforme 98NL00996.

Recomendação:

994.1 - Recomendamos à SUREG/RO informar as providências adotadas para a regularização da referida pendência.

Tratamento das Recomendações:**de everaldo.santos em 06/06/2011 como Pendente**

A conta 199130500 - Responsáveis por danos ou perdas, realmente não existe controle extracontábil nesta SUREG/RO, pois este registro foi efetuado pela SUREG/MT no ano de 1998 quando tal Regional ainda jurisdicionava a Conab em Rondônia. Mesmo assim, a SUREG/RO solicitou através de mensagem SIAFI nº 2007/1541584, cópia dos documentos que deram origem este lançamento, e até o presente momento não obtivemos qualquer manifestação. Informamos ainda que o Sistema SIAFI, só esta disponível para SUREG/RO a partir de 1999, foto esse que nos impossibilita de pelo menos saber o que originou tal lançamento.

de joao.filho em 04/07/2011 como Pendente

Vamos aguardar a manifestação da Sureg/MT, sobre o assunto.

de lucideane.sampaio em 09/08/2011 como Pendente

Após fax SUREG/RO Nº 1563 de 01.08.2011, recebemos os documentos comprobatórios do registro na conta 199130500 - Responsáveis por danos ou perdas - trata-se da não aplicação de equilíbrio fiscal/PRODAE, conforme processo 12.732/98 arquivado em 08/01/2009 sem definição concreta sobre o que fazer com relação a este débito. Portanto o registro deste débito permanecerá até que o processo seja novamente encaminhado às áreas competentes visando parecer final sobre o assunto.

de em 09/08/2011 como Pendente

onde lê-se PRODAE LEIA-SE - PRODEA

de joao.filho em 09/08/2011 como Pendente

Consoante resposta da SUREG o débito continuará pendente, visando parecer final. item pendente.

Constatação:

995 - “Registra o valor do contrato assinado entre a administração e o prestador de serviços a título de obras e instalação e demais serviços”. Em 31.12.2010 a rubrica apresentava os saldos de R\$3.421,04, R\$2.392,74 e R\$78,00 registrados nas UGs discriminadas no quadro 4 a seguir, referentes aos contratos registrados no SIAFI. No quadro 5 estão relacionados os contratos vigentes, registrados no Sistema de Contratos – SISCOT. Na conta contábil (1.9.9.7.2.02.00), deve constar todos os contratos de prestação de serviços, que estão em vigência na SUREG, e os registros dos valores devem ser efetuados pelo valor global dos contratos, e as baixas por ocasião dos pagamentos e ou quando da extinção do contrato. Verificou-se que existe contratos vencidos registrados no Siafi, e contratos vigentes, que não estão registrados contabilmente, conforme quadro 5 a seguir.

Recomendação:

995.1 - Recomendamos à SUREG/RO registrar todos os contratos de prestação de serviços, vigente, na conta 1.9.9.7.2.02.00 – Contratos de Serviços. Os valores a serem contabilizados devem corresponder ao saldo remanescente de cada contrato, observando o período de vigência.

Tratamento das Recomendações:

de everaldo.santos em 06/06/2011 como Pendente

Com relação ao registro dos contratos de prestação de serviços, vigente, informamos que a contabilização na conta 199720200 - Contratos e Serviços - será feita de forma global a partir do mês julho/2011, como sugeriu à AUDIN, e não mensal como estava sendo feita.

de joao.filho em 04/07/2011 como Solucionado

Consoante resposta da SUREG/RO, o item será considerado como solucionado.

Recomendação:

995.2 - Recomendamos à SUREG/RO analisar os contratos que estão com a validade vencida, e ainda registrados no SIAFI, para proceder a respectiva baixa contábil, se for o caso.

Tratamento das Recomendações:

de everaldo.santos em 06/06/2011 como Pendente

Após conciliação na conta 199720200 - Contratos de Serviços, foram efetuadas as contabilizações referente os saldos remanescentes de cada contrato conforme as NL 335/2011 - UG 135461, N L's 37 e 38/2011 - UG 135136, NL 31/2011 - UG 135219 e NL 36/2011 - UG 135220.

de em 04/07/2011 como Solucionado

Consoante resposta da SUREG/RO, consideramos o item solucionado.

Constatação:

996 - Em 31.12.2010 as rubricas apresentavam os saldos de R\$480,62, R\$77,11 e R\$151,49, registrados nas UGs abaixo especificadas. Estes valores correspondem à multas/juros de diversas origens. De acordo normativos e a CI/SUCON/0331 de 2 de maio de 2005, todas as multas/juros devem ser registradas na conta de apuração 19.913.10.00, devendo ser aberto processo e submetido a autoridade competente para autorizar a baixa ou imputar responsabilidade. Na análise constatou-se inexistência de providência para regularização. A seguir elencamos os valores pendentes.

Recomendação:

996.1 - Recomendamos à SUREG/RO, informar à AUDIN, as providências para regularização das pendências citadas.

Tratamento das Recomendações:**de everaldo.santos em 06/06/2011 como Pendente**

De acordo com orientação da AUDIN, todos os valores foram registrados na conta 199131000 - débitos em apuração e a contabilização referente a baixa dos valores cuja responsabilidade na geração da multa foi da própria Conab, e os de responsabilidade dos empregados foram recolhidos através de GRU.

de joao.filho em 04/07/2011 como Solucionado

Conforme resposta da SUREG/RO, consideramos o item solucionado.